

Olívia Salgado Costa

***“Associação de moradores em debate
no município de Campinas”***

*Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Valeriano Mendes
Ferreira. da Costa*

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
26/04/2006

BANCA

Prof. Dr. (Orientador) Valeriano Mendes Ferreira da Costa

Profa. Dra. (membro interno) Luciana FerreiraTatagiba

Prof. Dr. (membro externo) Fernando Lourenço

Suplentes:

Prof. Dr. Josué Pereira

Profa. Dra. Raquel Meneguello

Campinas, abril de 2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C823a **Costa, Olívia Salgado**
Associação de moradores em debate no município de Campinas
/ Olívia Salgado Costa. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira da Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Associação de moradores – Campinas (SP). 2. Espaços públicos. 3. Movimentos sociais. 4. Políticas públicas. I. Costa, Valeriano Mendes Ferreira da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Community associations.
Public spaces.
Social movements.
Public policy.

Área de concentração : Trabalho, Movimentos Sociais, Cultura e Política.

Titulação : Mestrado em Ciência Política.

Banca examinadora : Valeriano Mendes Ferreira da Costa, Luciana Ferreira Tatagiba, Fernando Lourenço.

Data da defesa : 26/04/2006.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1	
O associativismo no Brasil: contextos, especificidades e contradições	14
1.1.Aspectos gerais sobre o associativismo no Brasil: anos 70 e 80.....	14
1.2.Estratégias de ação de um caso específico em Campinas – A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.....	19
1.2.1.As relações da associação na arena estatal.....	21
1.2.2.O trabalho de base com a Igreja Católica.....	24
1.2.3. A inserção nos espaços dos Conselhos Gestores e Orçamento Participativo.....	26
Capítulo 2	
História e trajetórias da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II	29
2.1.Início do percurso de lutas no Pq. D. Pedro II: loteamento via governo e falta de infra-estrutura urbana.....	29
2.2.Associação de moradores e Governo: contexto político e formas de reivindicação.....	34
2.3.Inserção institucional – Governo e Partido dos Trabalhadores em Campinas.....	36
Capítulo 3	
Análise da Atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II nas arenas estatal e societal (2000 a 2004)	39
3.1.Perfil organizativo geral.....	39
3.2.Lideranças e quadro de membros.....	44
3.3.Atividades e temas debatidos.....	53
3.4.Relações com a burocracia do Estado.....	58

3.5.Relações com o Legislativo de Campinas no governo petista (2000-2004).....	63
3.6.Natureza das relações na arena estatal.....	66
3.7.Atuação na arena societal: Igreja Católica como grande aliada.....	68
3.8.Formas de organização: atividades e parcerias com a Igreja.....	70

Capítulo 4

Análise da Atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II na arena público-deliberativa (2000 a 2004)

4.1.A inserção na arena público-deliberativa.....	75
4.2.Participação e demandas no Conselho Local de Saúde Dic I.....	78
4.3.A participação em outros conselhos gestores.....	92
4.4.Associação no Orçamento Participativo de Campinas: representação, demandas e resultados.....	95

Considerações Finais.....

105

Referências Bibliográficas.....

107

Anexos.....

112

Entrevistas

Pesquisa de Campo

Documentos

Agradecimentos

Agradeço a todos que me ajudaram a concluir este trabalho: familiares, amigos, professores e aos importantes personagens desta história, além, claro, a agência de fomento à pesquisa CNPq.

Resumo

Este trabalho investiga a participação da associação de moradores – a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II - ao analisar a dinâmica de mobilizações sociais de seus membros e lideranças junto ao governo e à Igreja Católica e também na luta institucional em espaços como o Conselho Local de Saúde DIC I, bem como em outros conselhos gestores e no Orçamento Participativo.

A investigação concentrou-se na análise do trabalho de base, do papel da liderança comunitária, da articulação das lutas e ações da associação com outros atores e espaços, para além, portanto, da participação em espaços deliberativos. O objetivo foi compreender como ocorrem essas atuações, como são articuladas ou desarticuladas e como rompem ou dão continuidade à velha noção de política restrita ao Estado, partidos políticos, técnicos do governo e às relações clientelistas presentes na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que estão inseridas em espaços que pretendem serem públicos.

Ao pesquisar a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, descobriu-se um caso bem específico do quadro associativista de Campinas. Por essa razão, a presente pesquisa buscou adentrar no cotidiano dessa associação de moradores através das observações e relatos de seus membros, lideranças e dos atores com os quais se relaciona: Estado via representantes do Executivo e Legislativo, com a compreensão da intrínseca relação dos principais membros da associação com representantes partidários na arena estatal, e com a grande aliada nas ações sociais – a Igreja Católica. Esse cotidiano e essas formas de relações sociais foram o sinal de que há muito a ser visto na forma de participação de atores como essa associação de bairro na arena estatal, societal e público-deliberativa (Conselhos e Orçamento Participativo), para além de generalizações acerca das práticas e da rede de relações dos movimentos sociais.

Abstract

The present research investigates the participation of a Residents Association – the Friends of Dom Pedro II Park Society – by examining the social mobilization dynamics of his members and leaderships together with the government and the Catholic Church, and also in the spaces of institutional struggles like the DIC I Local Health Council, as well in others Management Councils and in the Participative Budget.

The investigation concentrated itself in the base of the movement workings, in the role of the community leadership, in the articulation of the struggles and actions of the Association with other actors and spaces, beyond the participation in deliberative spaces. The objective was to understand how these role-playing occurs, how they are articulated and disarticulated and how they break or give continuity to the old notion of politics as restricted to the role of the State, of political parties, of government technicians, and to the kind of “client relationship” present in Brazilian society, in the same time that they are inserted in spaces that are intended to be public.

In researching the Friends of Dom Pedro II Park Society, we discovered a very specific case of an associative behavior in Campinas. For this reason, the present study tried to penetrate inside of this Residents Association day-to-day through the observations and accounts of its members, leaderships and the actors with which it is related: the State, through its Executive and Legislative representatives, with the understanding of the intrinsic relationship between the Association’s principal members with party representatives in the State field, and with the Association’s great allied on social actions – the Catholic Church. This day-to-day basis and these kind of relationships were the signs that have indicated to us that there are a lot to be seen in the forms of the actors participation, as this Residents Association, in the field of the State, in the society and in the public-deliberative sphere (Councils and Participative Budget), beyond the generalizations of the praxis and the net of relationships of social movements.

Introdução

Esta pesquisa visou resgatar a análise sobre o associativismo, sua essência, formação (origem), rede de relações e atividades a partir de um estudo de caso. O sujeito central dessa história é a Sociedade dos Amigos do bairro Pq. D. Pedro II, também conhecida e denominada por seus membros como associação de moradores do Pq. D. Pedro II.

A presente investigação buscou aprofundar a observação das atuais estratégias de um desses atores – a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II: aspecto da autonomia frente a outros atores (Estado (burocracia estatal), partidos políticos e seus representantes, Igreja Católica), forma de participação em múltiplos cenários (arena estatal, societal e público-deliberativa).

De um contexto com um amplo leque de atores sociais na sociedade brasileira no período de seu surgimento (anos 70 e 80), este trabalho desloca-se para o período atual (ano de 2004), para as SAB's – Sociedade dos Amigos de Bairro – no ano de realização desta pesquisa de campo (2004), para um determinado ator e contexto sócio-político. O objetivo foi realizar um levantamento profundo acerca da atual rede de relações desse associativismo em relação à Sociedade dos Amigos do bairro Pq. D. Pedro II e sua relação com a esfera estatal e com a sociedade, além da inserção na arena público-deliberativa na cidade de Campinas – análise de suas atividades e inserção nesses vários cenários.

Esta pesquisa analisa, ao longo dos capítulos: a trajetória (história da Sociedade dos Amigos do bairro Pq. D. Pedro II), contextos políticos e formas de reivindicação (governos no município de Campinas e desenvolvimento das ações do grupo em cada período de sua

história), constituição da associação de moradores (quadro de membros, lideranças e suas origens, participação política), relações com a Igreja Católica em ações sociais comunitárias e com representante na Câmara de Vereadores de Campinas, e como se processam tais relações.

Há também a investigação sobre o processo de inserção dos membros dessa associação de bairro em espaços públicos, principalmente na área de políticas de saúde – Conselhos de Saúde e Orçamento Participativo (Temática da Saúde) –, simultâneo e relacionado à relação com os demais atores apresentados (representantes partidários, secretário, Igreja Católica). Nesta investigação, constatam-se os avanços e as dificuldades da dinâmica participativa e de debates dentro desses múltiplos espaços. Há a apresentação dos membros da associação que participam desses espaços, com suas propostas, opiniões, interesses, demandas e resultados obtidos, além dos conflitos entre os próprios membros representantes da associação bem como com representantes do governo, no Conselho Local de Saúde Dic I e no Orçamento Participativo (Temática da Saúde).

No primeiro capítulo, resgata-se de forma breve a discussão teórica sobre a atuação dos movimentos sociais na sociedade brasileira desde os anos 70, 80 e 90, até a atuação desses outros atores e seus diferenciais quanto aos anteriormente citados - as associações de bairro, das SAB's (Sociedades Amigos de Bairro) -, do período de 2000 a 2004, com a finalidade de se chegar à análise do atual quadro associativista, ou seja, às estratégias de atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em Campinas.

Pôde ser constatado que há algumas características marcantes desses atores no período de seu surgimento ainda presentes em meio às relações com a Igreja Católica, com partidos políticos, vereadores e secretários do governo. A continuidade e transformação dessa rede de relações serão apresentadas já no primeiro capítulo, mas com melhor

aprofundamento de análise nos capítulos posteriores, principalmente no capítulo referente ao período atual (ano de 2004) da associação do bairro Pq. D. Pedro II. Essas formas de relações com o Estado e Igreja existentes ainda hoje, agora convivem com novos cenários, surgidos nos anos 90 – os conselhos gestores de políticas públicas de saúde e outros (década de 90), além do programa do Orçamento Participativo na cidade de Campinas (2000-2004).

Existe um cruzamento de ações, atividades por membros e liderança dessa associação de bairro nessas arenas (estatal, societal e público-deliberativa) que vai além, portanto, da mera inserção e participação em espaços públicos; o que foi muito analisado em estudos sobre a relação entre sociedade civil e espaços deliberativos de políticas públicas. Portanto, a pretensão deste trabalho foi mostrar como são essas relações, esse cruzamento e a natureza da inserção nessas múltiplas esferas, no caso analisado em Campinas.

Para demonstrar esse quadro de relações e sua natureza, no segundo capítulo, foi essencial passar pela trajetória da constituição da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e ir para cada contexto sócio-político e para as formas de reivindicação que esse ator apresentou ao longo desse tempo.

De um bairro que se constituiu como um loteamento via governo e com uma comunidade local que concentrava suas lutas em reivindicações por infraestrutura urbana a lutas sociais mais amplas, depois da constituição de conselhos, tais lutas passam a fazer parte do debate existente nesses espaços, sempre com o envolvimento de membros dessa associação em Pastorais Sociais da Igreja Católica e também na ligação com representantes do governo (vereadores, secretários, prefeitos). As relações com a esfera estatal são analisadas nesses vários contextos e, principalmente, no período do governo do Partido dos

Trabalhadores do ano de 2000 ao ano de 2004. Também nesse segundo capítulo, foi observado como se realizou (e através de quem) a inserção institucional da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. A liderança do grupo (presidente dessa associação de bairro) se insere no governo como assessor de um dos vereadores do PT (Partido dos Trabalhadores), o vereador Ângelo Barreto, além da filiação a esse partido de outros membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

O terceiro capítulo avança sobre essa relação com a esfera estatal, com a aliada Igreja Católica e na inserção na arena público-deliberativa no período atual (do ano de 2000 ao ano de 2004) da trajetória da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Esse capítulo inicia com a apresentação do perfil organizativo do grupo (atividades, estatuto, assembléias e encontros), além de revelar como é o quadro de membros e liderança, quais suas origens, principais atividades e interesses, objetivos dentro do leque de relações em que se encontram, seja junto à esfera estatal, Igreja, e/ou na participação em espaços como conselhos gestores de políticas públicas, no caso, um dos conselhos analisados, o Conselho Local de Saúde Dic I e no Orçamento Participativo (OP/ Temática da saúde e outros temas), e também em outros conselhos.

O que a pesquisa revelou foi um grupo bem diversificado em termos de participação em conselhos gestores e no programa do Orçamento Participativo, com a participação de parte de membros em Pastorais Sociais da Igreja Católica (Pastoral Social da Saúde, da Criança), nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) também referentes à Igreja Católica.

Dentro das atividades promovidas no interior da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II (participação na Igreja, envolvimento com movimentos e outros grupos fora da associação, inserção nos espaços dos conselhos gestores e do OP, relação com representantes políticos e inserção no governo, e divergências quanto a algumas das

atividades desenvolvidas pela associação do Pq. D. Pedro II) foram reveladas contradições, dificuldades e principalmente conflitos de interesse e opinião sobre algumas das atividades e interesses defendidos entre os membros do grupo.

Uma das principais dificuldades era seguir as regras do Estatuto Social da associação, em manter assembléias com coro suficiente para haver um debate realmente público, na renovação de membros e lideranças, e na concentração de objetivos a serem atingidos pelo grupo. Portanto, um dos principais desafios encontrados na associação do bairro Pq. D. Pedro II foi a tentativa de desburocratização das normas e processos de encontros e assembléias do grupo, com o objetivo de possibilitar uma renovação do quadro de membros participantes da associação.

Em contraposição a essas dificuldades, há uma multiplicidade de temas e atividades desenvolvidos pela Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. As atividades vão desde discussões sobre a manutenção da sede dessa associação de bairro, da continuidade e melhora do oferecimento de atividades de lazer para os moradores do bairro, até a discussões sobre a necessidade de participação em outros espaços como em conselhos (de saúde, por exemplo), nas assembléias do Orçamento Participativo, sobre debates vinculados a programas da Prefeitura Municipal de Campinas e a projetos do vereador Ângelo Barreto do PT, do qual o presidente da associação é assessor. Algumas discussões e atividades são relacionadas ao tema da saúde, onde foi observada uma marcante participação de membros e liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no Conselho Local de Saúde Dic I e no Orçamento Participativo (Temática da Saúde), além de outros conselhos de saúde (Conselho Distrital e Municipal de Saúde de Campinas). Todas essas atividades são apresentadas e discutidas no terceiro capítulo.

Dentro das atividades do próprio grupo da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, é simultânea a continuidade de uma constante e forte relação com a burocracia estatal e com um representante do Legislativo em Campinas. O objetivo das entrevistas com outros atores, além dos membros representantes dessa associação de moradores do bairro Pq. D. Pedro II, foi a compreensão de como ocorre tal relação e as razões para manutenção dessa relação múltipla com a esfera estatal via representante do Legislativo, com a Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde, além das relações com a Igreja Católica via representante da comunidade da região (pároco) e da inserção na arena público-deliberativa – participação em conselhos de saúde e no Orçamento Participativo de Campinas. Infelizmente dados mais específicos sobre essas relações, sobre quantidade de reuniões (da associação, de encontros em Pastorais Sociais e CEB's da Igreja Católica, de assembléias do Orçamento Participativo e de Conselhos Gestores) não foram obtidos pelas entrevistas no curto tempo de realização desta pesquisa de campo.

O que se vê por essas simultâneas formas de relações sociais nesses cenários é a forma peculiar de envolvimento político da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, tanto com trocas de benefícios e perda de autonomia de reivindicações sociais ao estar do lado do governo e de seus representantes tanto na Câmara de Vereadores, quanto na própria burocracia estatal (com Secretarias, por exemplo). Isto é, ao mesmo tempo, são procuradas novas formas de reivindicação e participação política, na inserção no confronto político promovido no centro dos conselhos de políticas públicas, como nos conselhos de saúde, e no envolvimento por uma nova forma de gestão pública através do programa do Orçamento Participativo junto ao Estado. Ou seja, há um conflito de direção no interior da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que o centro do estudo desta pesquisa.

Capítulo 1

O associativismo no Brasil: contextos, especificidades e contradições

1.1. Aspectos Gerais sobre o Associativismo no Brasil: anos 70 e 80

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, atores como os movimentos sociais foram marcados pela constituição de uma identidade cultural, com o propósito de transformação das relações sociais, culturais e políticas, quando se opuseram às concepções de política restritas à ação do Estado, dos partidos políticos e contra o autoritarismo social, às relações hierárquicas, excludentes e de favor enraizadas na sociedade brasileira.

Os novos movimentos sociais, nos anos 70 e 80, trouxeram para a sociedade e Estado suas carências, constituídas a partir de seus interesses e das suas necessidades cotidianas, com a ampliação da noção de política – não são apenas alvo, mas também arena da prática política.

A transformação das práticas sociais pelos movimentos sociais se deu através da definição de quais eram seus direitos. Esses direitos não eram mais limitados à noção de direito formal advindo das classes dominantes e do Estado – uma concepção liberal do direito que se promove pela incorporação política dos setores excluídos da sociedade para a reprodução do capitalismo. O “direito de se ter direitos”, surgido com esses movimentos sociais, colaborou para a constituição de uma *nova* cidadania no Brasil, uma cidadania “*de*

baixo para cima”.¹ Esse novo conceito de cidadania que vem de “*baixo para cima*” diferenciou-se da *cidadania regulada*² e da *cidadania concedida*³.

Com o avanço democrático entre fins da década de 80 e início dos anos 90, a sociedade civil viu-se diante da possibilidade de participação política direta nos canais institucionais, mas tinha pela frente um novo desafio: manter a autonomia frente à tutela do Estado, nesta nova relação política com o Estado.⁴

As lutas e conflitos promovidos pelos movimentos sociais, assim como outros conjuntos de fatores, abriram caminho para o “*encontro das mobilizações populares com a institucionalidade política*”.⁵ Para Paoli, portanto, houve uma transformação da distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade, abrindo possibilidades para a existência de uma democracia representativa e participativa, apesar da permanência de conflitos e obstáculos advindos das classes dominantes e das relações hierárquicas ainda existentes tanto na sociedade civil quanto na esfera estatal.

Mesmo com os limites e dificuldades desta nova relação entre Estado e sociedade civil, a participação política foi sendo constituída em uma esfera pública, onde se objetivava que as questões sociais cotidianas da sociedade fossem inseridas no debate público, realizando o processamento de uma nova cidadania. Constituíram-se os espaços de co-gestão, nos quais a participação popular visava romper o paradigma de política

¹ DAGNINO, 1994: 107-108.

² A cidadania regulada, conceito desenvolvido por Santos (1979), surgiu durante o governo Vargas, e representava apenas os direitos trabalhistas, do trabalhador urbano legalizado pelo Estado, que tinha como objetivo controlar esses trabalhadores, incluindo suas lutas e reivindicações nessa forma de cidadania. Cf. SANTOS, 1979: 74-76.

³ Cidadania que se estabelece, segundo SALLES (1994), por uma relação de quem manda com quem obedece.

⁴ Sobre os movimentos sociais durante a década de 90, ver os seguintes textos: CARDOSO, 1983; Revista Idéias, 1999.

⁵ PAOLI, 1995: 44.

pertencente apenas às práticas e ações do Estado, com a construção do exercício dessa nova cidadania “de baixo para cima”, com o objetivo de ampliar e democratizar a gestão pública.

A Constituição de 1988, no Brasil, foi um ponto marcante na abertura de espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil. Neste “encontro” entre sociedade civil e Estado, os Conselhos Gestores de políticas públicas foram resultado desse processo de abertura de uma maior relação entre Estado e sociedade civil via Constituição de 88, com a constituição de espaços para a negociação política que tinham o objetivo de descentralizar e democratizar as políticas sociais.⁶

Como espaços deliberativos dentro do sentido de partilha de poder, os Conselhos possuem contradições por ser tanto um espaço que “induz o Estado à ação”, visando impedir que a decisão seja tomada somente pelos representantes do Estado, quanto apenas por exercer uma fiscalização e aceitação das ações do Estado. Atualmente, os estudos têm verificado até que ponto os Conselhos Gestores de políticas públicas possuem realmente uma participação com vistas a práticas políticas democratizantes, com a autonomia dos atores envolvidos, ou uma participação despolitizada e limitada, que se volta a antigas práticas clientelistas.

Outro espaço público deliberativo, o Orçamento Participativo⁷ (OP), surge na administração do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1989, em Porto Alegre.⁸ O governo municipal, junto com as lutas e reivindicações da sociedade civil, abre um espaço público para a participação popular na decisão da alocação de prioridades de políticas e investimentos no município, ao avaliar como deve ser investido o orçamento da Prefeitura

⁶ TATAGIBA, 2002: 50.

⁷ Os textos seguintes trazem estudos sobre o Orçamento Participativo em Porto Alegre: BAIERLE, 1992; LUCHMANN, 2002.

⁸ AVRITZER, 2002: 19.

destinado a este programa em cada região da cidade, de acordo com as prioridades de cada bairro via assembléias, escolha dos representantes, conselheiros e delegados, condições estas que variam de acordo com os formatos do OP constituídos em cada governo municipal.

Houve, portanto, uma modificação da antiga forma de se alocar recursos orçamentários com o programa do OP. Antes, somente o Executivo e o Legislativo dos municípios decidiam pela população, sem consulta ou deliberação na implementação de alguma obra.

Os estudos sobre Conselhos Gestores de políticas públicas e Orçamentos Participativos pretendem fazer um contínuo trabalho de análise dessa “*aposta*” nas experiências de participação dos movimentos sociais nos espaços deliberativos, através da análise da trajetória de avanços e desafios que permeiam a ação dos movimentos sociais no processo de construção de uma cultura democrática.⁹

No bojo do surgimento desses movimentos sociais e de toda essa trajetória de reivindicações e relações políticas com o Estado estavam presentes e em atividade outros atores sociais, como as Associações de Bairro e de Moradores, além das SAB's (Sociedades dos Amigos de Bairro). Instituições como Associações de Bairro sempre tiveram uma forte ligação de demandas, relações de interesses e troca de benefícios com os representantes do Estado e dos partidos políticos. Como instituição, essas Associações de Bairro e de Moradores, conhecidas também como SAB's necessitam constantemente revalidar e aumentar o leque de relações tanto na arena estatal com o Legislativo, o Executivo, a burocracia do Estado e com os partidos políticos, como também com outros atores: a Igreja Católica, movimentos sociais, etc.

Em uma pesquisa atual realizada na capital São Paulo, Avritzer (2004) observou os padrões do associativismo¹⁰ nesta grande cidade, onde foram vistos aspectos como as relações com a Igreja Católica, até a relação com a política partidária, com o trabalho voluntário – “arrecadação e distribuição de alimentos”, “promoção de atividades esportivas e de lazer” -, como também o surgimento de novos elementos participativos com o início da prática da gestão pública participativa nos Conselhos Gestores de políticas públicas e também no programa do Orçamento Participativo, o que ocorreu na grande São Paulo, mas também pôde ser visto em outras grandes cidades como Campinas.

Em “*Perfil do associativismo paulistano*”, Avritzer (2004) revela a existência de uma ampla rede de práticas, ações e relações do associativismo na cidade de São Paulo. Em relação ao caso analisado em Campinas, serão vistas similaridades e diferenças ao longo deste trabalho:

“(…) revela com nitidez as ambigüidades e complexidades das práticas sociais apontadas ao longo deste texto. De um lado, persistência de traços mais conservadores, constitutivos das práticas mais particularistas e localistas do associativismo. De outro, traços de valorização do aumento do controle social e participação da sociedade civil na definição e condução de políticas públicas. Nesse último caso, registram-se os casos daqueles que já participaram de práticas associativas no passado, mas não participam atualmente” (AVRITZER, 2004: 73).

⁹ CARVALHO, 1998: 54-56.

¹⁰ “59,7% da participação no associativismo comunitário é informal” (p.23); “As atividades mais frequentes por eles realizadas são as reuniões (85%), seguidas de distribuição de alimentos (32%) e plenárias (22%)” (p.25); “Sessenta e nove por cento dos respondentes afirmaram participar de forma atuante, realizando trabalhos e desenvolvendo atividades (44%) e comparecendo a reuniões (25%)” (p.25); “No caso daqueles que desenvolvem práticas associativas em organismos não-religiosos, os objetivos mais citados foram: ‘arrecadação e distribuição de alimentos’ (14%), ‘movimento de moradia’ (14%), ‘defesa dos direitos dos trabalhadores’ (11%), ‘promoção de atividades esportivas e de lazer’ (10%), ‘ajudar pessoas a encontrar emprego’ (8%) e ‘apoio à escola’ (7%). Percebe-se, nesse último caso, uma lógica participativa mais vinculada à racionalidade das políticas públicas (educação, esporte e lazer, direitos dos trabalhadores, emprego, moradia), embora também figurem ações de tipo caritativo” (p.78). Todas essas características referem-se ao associativismo na cidade de São Paulo, segundo AVRITZER, 2004. Durante a pesquisa em

A investigação resgata a análise sobre esses padrões de relações sociais (hábitos associativos) junto ao Estado, aos partidos políticos e a Igreja Católica para avaliar, em um caso específico, como se desenvolvem as ações e relações na arena estatal, na arena societal e público-deliberativa.

As especificidades deste estudo sobre um quadro associativista em um contexto sócio-político limitado/local trazem à tona características bem distintas deste tipo de instituição em relação às análises mais gerais que enquadram várias dessas instituições sem realizar um aprofundamento sobre o que elas buscam, como agem e atingem seus objetivos e demandas na sociedade, ou que revelam apenas o lado da participação em espaços deliberativos. Esse, portanto, é o elemento central deste trabalho.

1.2. Estratégias de ação de um caso específico em Campinas – a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II

A partir das condições essenciais gerais do associativismo no Brasil, esta pesquisa procurou avaliar a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em Campinas com o objetivo de aprofundar as análises sobre o associativismo, ao trazer à tona padrões de relacionamento distintos e alguns até bem semelhantes das formas de ação e participação de outras associações.

Campinas, foram observadas algumas dessas características também nas ações da Sociedade dos Amigos do

Em Campinas ocorre um histórico de lutas sociais que fizeram parte da história de movimentos da cidade¹¹. É possível fazer este resgate da história de movimentos na cidade de Campinas a partir do trabalho de Ferraz (2005), onde foi realizado um levantamento de vários dos atores envolvidos, bem como de suas reivindicações e ações.

Dentro de um amplo leque de atores sociais como as Associações de Bairro, SAB's (Sociedade dos Amigos de Bairro), etc., está a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. O texto de Ferraz (2005) nos traz as estratégias e demandas das SAB's de acordo com um aspecto mais generalizado, onde as trocas de favores com políticos por benefícios locais, estabelecidas através de lideranças populares, e a transição para um aspecto mais assistencialista constituem o caráter essencial dessa forma de associativismo:

“As SAB's foram entidades criadas nos 50 e 60, em São Paulo, como canais de vínculo e diálogo entre população e políticos, cuja principal característica era a barganha clientelista entre lideranças populares, partidos e políticos, em que se negociavam melhorias urbanas e outros benefícios para os bairros, por votos. Embora tenham, no início dos anos 60, assumido um perfil mais independente e de enfrentamento, nos anos da ditadura, com o esvaziamento das atividades políticas de caráter populista, passaram a desenvolver um associativismo de tipo recreativo, assistencial e religioso” (LOPES, 1997: 74, Apud FERRAZ, 2005: 70).

Contudo, outros aspectos podem ser vistos quando se pesquisa um caso específico de associativismo em um determinado contexto sócio-político no município de Campinas. Nesta pesquisa, foram observadas constantes e múltiplas divergências de objetivos dentro da associação do Pq. D. Pedro II. No interior dessa associação de moradores, há desde opiniões e propostas que andam na mesma direção da apontada acima, isto é, no sentido de

Pq. D. Pedro II, o que será visto com mais detalhes ao longo da presente pesquisa.

¹¹ Texto da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo. *“Temos Futuro porque temos Passado”*. Encontro Comemorativo com lideranças da Assembléia do Povo de Campinas, 2001.

haver uma ligação com a política tradicional via modo clientelista, até demandas, ações e posições mais voltadas para o debate público.

O exemplo deste último modo de participação política está na inserção de muitos dos membros e das lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em Conselhos de Saúde (Conselho Local, Conselho Distrital e Municipal de Saúde), bem como em outros conselhos populares, como o Conselho Popular do Ouro Verde e no Orçamento Participativo (Temática da Saúde) e outras temáticas como Educação, Assistência Social e Assembléias Regionais do OP.

A base das relações dos representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II está na relação com representantes políticos do Legislativo Municipal, além de uma forte ligação com a burocracia estatal via Secretarias (Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde, dentre outras secretarias), o que será visto com mais profundidade ao longo deste trabalho. Através do trabalho como vereador, representantes da associação, principalmente o presidente da Sociedade do Pq. D. Pedro II, obtém espaço para expor e requisitar demandas na burocracia estatal.

Na relação com a Igreja Católica, há uma relação antiga proveniente do início da luta por infra-estrutura urbana no bairro Pq. D. Pedro II e região, durante o período inicial da trajetória dessa associação de moradores. Mas também há uma relação de debate com a população sobre questões gerais mais políticas, provenientes de debates advindos do trabalho como assessor de vereador.

1.2.1.As relações da associação na arena estatal

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é um ator que sempre possuiu um vínculo com o Estado. Suas ações e demandas sempre estiveram ligadas à burocracia estatal, a Secretarias, ao Executivo e Legislativo do município de Campinas. Com o desenvolvimento dessa instituição no bairro essas relações intensificaram-se, a partir do momento em que a ligação com o governo do PT (Partido dos Trabalhadores) foi estabelecida e consolidada por alguns representantes membros dessa instituição durante o governo de 2000 a 2004.

Nos anos 80, no início da trajetória dessa associação de bairro, o objetivo era chamar a atenção de políticos, prefeito e secretários do governo da época para os problemas de falta de infra-estrutura urbana no loteamento do Pq. D. Pedro II. Com a entrada do governo do PT e com as melhorias promovidas ao longo desse tempo na região a qual pertence o bairro Pq. D. Pedro II, as demandas e formas de encaminhá-las à esfera estatal sofreram um processo de transição com simultânea emergência de novos espaços de deliberação de políticas públicas, como o Orçamento Participativo de Campinas, além da participação nos Conselhos Gestores, como no Conselho Local de Saúde Dic I.

De demandas mais coletivas, como a implantação de uma infra-estrutura urbana mais adequada ao loteamento a partir do qual se origina o bairro Pq. D. Pedro II, como saneamento, asfalto, água, energia elétrica, etc., a demandas mais concentradas na preservação dos bairros da Região do Ouro Verde, de praças, ruas, avenidas, rede de esgoto e, principalmente, melhorias no oferecimento de serviços públicos como na Saúde, Assistência Social, Educação, além da implantação de políticas de moradias no debate

sobre Habitação. Essa é uma das razões essenciais de os representantes do bairro Pq. D. Pedro II agirem de forma cada vez mais em espaços de gestão de políticas públicas como os Conselhos Gestores e o OP, apesar dessa participação estar sempre acompanhada da relação de troca de ações e benefícios com a política tradicional através do trabalho e do conseqüente acesso direto à política do interior no aparelho estatal via representantes políticos (vereadores, secretários).

A forte ação de membros dessa associação na arena estatal junto ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2000 a 2004 mostrou uma estreita relação de representação política com conseqüências para a própria autonomia e participação política da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Por meio do trabalho como assessor de um vereador no município de Campinas de membros e lideranças dessa associação de bairro, apresenta-se uma atividade política que coloca em xeque o modo de participação política reivindicativa.

Ao se consolidar como forma mais atuante de representação política, essa estratégia de ação com a política do governo, via relação direta com um desses representantes, faz com que a autonomia do movimento, o objetivo de luta social voltada para as comunidades através de ações originadas na própria associação, e das necessidades reivindicadas como tal pelos próprios membros, passe a ser mais uma extensão de políticas e ações constituídas na arena estatal, ou seja, criadas a partir de um indivíduo representante no Estado (vereador). Isso significa que o caminho para a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II pode ser de não representar mais uma instituição coletiva, com ações, atividades e propostas formadas pela sociedade de acordo com seu cotidiano, necessidades e reivindicações sociais.

Essa é a luta travada no interior dessa associação entre uma representação dos interesses constituídos no cerne da sociedade, isto é, da população local e seus representantes, e uma extensão da política tradicional via representantes políticos na região do Ouro Verde ao qual pertence o bairro Pq. D. Pedro II na cidade de Campinas. Nas ações, atividades e propostas dessa associação de bairro, ainda existe todo um trabalho de base com outros atores sociais como a Igreja Católica, o que demonstra que nem tudo nas ações da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II está fincado na política tradicional.

1.2.2.O trabalho de base com a Igreja Católica

Como muitas outras associações de bairro, a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II sempre esteve ligada às ações da Igreja Católica. Muitos membros, antigos e novos, além da liderança, participam de ações, das Pastorais e das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) da região do Ouro Verde, ao qual pertence o bairro representado por esta SAB. Houve aí o desenvolvimento de uma relação compartilhada, no início com lutas e reivindicações da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II contra o autoritarismo dos governos passados, passando depois para uma relação que ainda se encontra nesta linha, mas com algumas ações e propostas diferentes do período inicial de lutas e ações sociais.

Segundo Doimo (1995), os movimentos sociais brasileiros possuíram uma forte relação com a Igreja entre os anos 70 e 80, onde a relação entre esses atores possuía uma linguagem e um sentido diferente do que existe atualmente. Naquele período, revelava-se uma tendência à total autonomia desses movimentos com o afastamento em relação ao Estado, ou melhor, à institucionalidade política. Com o passar do tempo, em um novo

contexto político e social, o autor mostra que todo o trabalho com a base durante o início dessa relação social revelou um movimento em direção à continuidade da luta pela cidadania e não mais paralela às instituições políticas, mas com a inserção no aparelho estatal:

“Sem qualquer alusão a uma visão conspirativa da história, o fato é que sempre há, no jogo dos interesses que se realizam pelos movimentos de ação direta, a possibilidade de se trabalharem as diversas combinações de sua dupla face, de modo a nomear seu impulso disruptivo como “autonomia” em relação ao Estado; a traduzir sua constituição, paralela aos canais tradicionais de representação política, como “independência” em relação aos partidos políticos; a contemplar sua invariável fragmentação como unidade construída pela “troca de experiências”; a interpretar sua lógica consensual-solidarística através da “democracia de base”; a converter seu impulso corporativo em “democracia direta”; e, enfim, a considerar seu sentido integrativo como luta pela cidadania” (DOIMO, 1995:198-199).

Atualmente, as atuações da Sociedade do Pq. D. Pedro II junto à Igreja Católica voltam-se mais para ações mais assistenciais e localizadas, mas também possuem um elemento novo: a ligação entre discussões e ações promovidas nas Pastorais da Igreja com a participação e interesse pelas políticas públicas, junto aos espaços dos Conselhos Gestores de políticas públicas e do Orçamento Participativo.

Alguns dos representantes da associação do Pq. D. Pedro II que trabalham junto com a Igreja em Pastorais e CEB's também atuam em espaços de gestão de políticas públicas trazendo, do trabalho desenvolvido junto à Igreja, questões e debates para o espaço dos Conselhos Gestores de políticas públicas. Isso foi visto com bastante intensidade no Conselho Local de Saúde Dic I, no qual vários dos conselheiros usuários eram membros e faziam parte das lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, principalmente da Pastoral Social da Saúde e da Criança.

Muitos foram os debates que envolveram conselheiros, que eram, simultaneamente, participantes dessas Pastorais Sociais e membros de associação de bairro. As demandas postas na mesa, portanto, provinham da arena societal e eram levadas aos espaços públicos, no caso, para o Conselho Local de Saúde Dic I. Isso demonstra, portanto, como se entrecruzam as demandas sociais advindas da própria representação da associação (como a relação com atores como a Igreja) com as demandas a serem debatidas dentro do espaço dos Conselhos Gestores de Saúde, por exemplo. O papel da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II aqui é de intermediar demandas e levá-las para uma quantidade maior de espaços em que possam ser pensadas, debatidas, questionadas e também criticadas junto ao público maior, com o maior debate possível.

1.2.3.A inserção nos espaços dos Conselhos Gestores e do Orçamento

Participativo

Viu-se que os representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, além da forte relação na arena estatal e também na relação mais compartilhada junto à sociedade – como a Igreja Católica, grande aliada em ações na arena societal –, estabelecem, ao mesmo tempo, uma tendência à participação das lideranças e representantes dessa associação de moradores no debate em Conselhos Gestores de políticas públicas e no Orçamento Participativo de Campinas.

Com o objetivo crucial de observar de que modo ocorre a participação política na arena público-deliberativa das lideranças e dos demais representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, a pesquisa alia o aprofundamento e análise das especificidades e complexidades dessa participação política junto às outras relações dessa associação de bairro com o Estado e outros atores na sociedade.

“(...) a avaliação desses espaços públicos de participação deve tomá-los não como resultantes do potencial democratizante de uma única – e homogênea – variável, a participação da sociedade civil, mas como resultado de relações complexas de forças heterogêneas, que envolvem atores os mais diversos, numa disputa entre projetos políticos diferenciados à qual a sociedade civil, como vimos, não está infensa. Em vez de ser tomada como a nova panacéia universal (num país com as dificuldades de organização popular como o nosso), essa participação poderá ser mais bem entendida se examinada não só nas relações internas e na diversidade que a sociedade civil – ainda – tende a esconder, como também nas relações que essa participação mantém com a multiplicidade de dimensões e atores que compõem o cenário onde ela se dá. Por outro lado, e em conseqüência, essa avaliação exige a particularização dos contextos concretos dessa participação, a explicitação desses cenários complexos e o entendimento do seu impacto sobre cada um dele” (DAGNINO, 2002: 297).

Como diz o texto acima, é preciso atentar para a diversidade de atores e relações que se cruzam na sociedade. Há muitos interesses e questões em jogo nessa ampla rede de relações analisadas junto ao caso da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Por essas razões, este trabalho enfatiza a análise da trajetória de relações e ações dessa instituição, nos diversos contextos de lutas e ações, com a finalidade de avaliar onde se fincam as bases dessa associação e os motivos pelos quais existe este amplo leque de atores e arenas.

A aposta nos modelos de gestão participativa também envolve muita polêmica acerca de como a participação da sociedade civil está realmente colaborando para a efetivação de uma prática democrática nos espaços públicos deliberativos.

Tatagiba (2003) coloca em discussão como ainda persistem mesmo nesses espaços, que têm diferenças entre si, sob o ponto de vista da participação e da gestão em processo compartilhada entre a sociedade e o Estado, relações definidas pela autora como “*relações patrão-cliente*”, em modelos de participação em espaços deliberativos classificados como “*modelos de gestão gerencial*”:

“Quando esses novos arranjos participativos ganham curso em sociedades marcadas por uma cultura política tradicionalista, essas ambigüidades desafirmam ainda mais a capacidade de compreensão dos significados das experiências participativas. Isso porque, aos registros próprios ao modelo gerencial associam-se as características dos padrões de interação governo/sociedade, nesse caso, padrões que remetem à ausência de autonomia do associativismo local em relação à administração municipal. Nessa combinação, uma já precária capacidade de tematização propriamente pública e política das demandas sociais vê-se reafirmada por uma tendência a inclusão dessa demandas num circuito político marcado pela dinâmica e pelos conflitos próprios à relação patrão-cliente. O saldo é uma expectativa de inclusão da participação nos mesmos circuitos da troca clientelista, que tende, ao fim e ao cabo, a levar a uma descaracterização prática do modelo. Ao não tomar como questão central a politização dos processos participativos, o modelo gerencial acaba por favorecer essa acomodação, que tende a resultar, por outro lado, na sua própria negação como princípio de ação capaz de orientar e coagir os atores nas suas atividades práticas” (TATAGIBA, 2003: 175).

O que a análise da participação dos atores da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II traz como contribuição, portanto, é a revisão da forma de participação da sociedade civil em espaços públicos (o quanto esses espaços possuem de debate público, democrático), mas também atenta para a observação de como se realiza a relação de atividades provenientes de outras arenas (estatal, societal, como com a Igreja Católica, etc) com outros atores e nessa inserção na arena público-deliberativa.

Capítulo 2

História e trajetórias da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II

2.1. Início do percurso de lutas no Pq. D. Pedro II: loteamento via governo e falta de infra-estrutura urbana

O sujeito central deste trabalho, a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, é uma organização da sociedade civil, que surge no início dos anos 80. A instituição possui muitas das características das associações de bairro que surgiram nas grandes cidades, como a de ter uma sede própria, realizar reuniões (assembléias) semanais, ter um presidente e conselheiros, ter sua base ligada à Igreja Católica, etc.¹²

De ator bem reivindicativo, com lutas voltadas para a melhoria da infra-estrutura urbana no loteamento Pq. D. Pedro II¹³, ele passa a ser, em 1981, uma instituição regulamentada pela lei, com registro oficial em cartório e um estatuto de normas e regras a serem seguidas¹⁴. Este ator surgiu como um movimento de bairro com reivindicações por asfalto, luz, água e energia elétrica.

¹² Essas são as características essenciais (perfis) de instituições populares diferenciadas da cidade de Vitória, analisadas em HERKENHOFF, 1995: 92-108.

¹³ Loteamento criado na atual Região do Ouro Verde, durante o governo do Prefeito Chico Amaral (MDB) em Campinas, em um contexto de ampliação da periferia da grande cidade em que ia se transformando o município de Campinas sem muito planejamento urbano: “No final dos anos 70 do século XX, a população das “vilas planejadas”, cujas principais características eram exatamente a inexistência da infra-estrutura necessária ao abrigo de seus moradores (água, luz, escolas, postos de saúde, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte urbano coletivo, etc), começou a organizar-se no sentido de lutar pelo atendimento de suas necessidades. Inicialmente de maneira tímida, com a realização de abaixo-assinados e a criação de comissões para apresentar a secretários e prefeito suas demandas e reivindicações. Posteriormente de forma incisiva e direta com a realização de assembléias populares, a convocação de prefeito e secretários a visitarem os bairros e participarem das assembléias, realização de atos públicos no bairro e no Paço Municipal, em frente à sede da prefeitura” (FERRAZ, 2005: 69-70).

¹⁴ Estatuto Social da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

“A associação surgiu em 1980, pela necessidade de estar organizando a população por asfalto, energia elétrica, saneamento básico em geral, né? Não tinha nada e aí a gente reuniu um grupo de pessoas que achou o direito de defender o bairro, né, sem ser ainda uma associação. Depois, devido à burocracia, que uma associação tem que ser organizada, né? (...)” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Segundo relatos da liderança atual do bairro e presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, foi a partir da condição de loteamento sem infra-estrutura urbana alguma que os moradores passaram a elaborar e discutir formas de serem atendidas suas demandas referentes ao cotidiano de trabalhadores sem respaldo de serviços públicos essenciais.

“Foi no governo do Chico Amaral. Era o primeiro governo do Chico Amaral. Lá no Pq. D. Pedro II não é COHAB. Na época, não tinham os DIC’s, ainda. Era tudo mato lá. As ruas eram esburacadas. O bairro foi fundado, né, e o loteamento foi feito em 1956. Quando era fazenda, ainda, e foi feito com mapa, assim, né, não foi feito topografia, nada, né? Foi traçado por mapa. Teve muitas irregularidades que a associação teve de lutar pra aceitar, né?” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A partir do momento em que esses trabalhadores, moradores desse loteamento, percebem-se como atores centrais na luta pela promoção da infra-estrutura adequada a uma condição de vida digna na grande cidade em que se transformava o município de Campinas, iniciou-se o processo de constituição da instituição – Sociedade dos Amigos do bairro Pq. D. Pedro II.

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II inicia seu trajeto como instituição com a união das associações de moradores dos bairros Pq. D. Pedro II e Pq. Universitário em uma mesma sede. As divergências de posição política, interesses e objetivos, ao longo do tempo, acirraram as discordâncias quanto à direção da sede da associação do Pq. D. Pedro II (anteriormente pertencente ao Pq. Universitário). A partir dessa ruptura, a sede dessa instituição passa a ser apenas representada pelos moradores do bairro Pq. D. Pedro II (moradores advindos do movimento pela saúde, do movimento sindical, etc.) utilizando a denominação de “Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II”:

“(...) Juntava a associação Pq. Universitário e o Pq. D. Pedro II. Eram duas associações. O nome era Pq. Universitário. E, aí, na época, houve uma discordância da outra associação e a gente acabou entrando na justiça, né? Eles fizeram com que a gente não usasse mais a sede, né? Eles queriam a sede só pra eles. E, na época, a gente entrou na justiça, porque eles haviam escondido a chave da gente, né? E não foi possível ter um acordo com eles, e a Justiça cedeu pra gente aquela área e a sede pro Pq. D. Pedro II. Depois de três anos de negociação, não houve acordo entre eles. Da nossa parte haveria acordo, né, mas com eles não. Então ficou decidido que a sede seria do Pq. D. Pedro II, com documentação e tudo” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Tal fato demonstra o poder de barganha conquistado pelas lideranças da associação do bairro Pq. D. Pedro II em suas ações. A comunidade do loteamento Pq. D. Pedro II, através do envolvimento nas reivindicações por melhorias urbanas, mostrou ter uma grande capacidade de articulação ao atingir os objetivos pelos quais buscou durante o período inicial de lutas sociais. A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II possuiu uma história de envolvimento com questões sociais dirigidas às necessidades do bairro Pq. D. Pedro II, na condição de um loteamento advindo de um governo que exercia seu poder sem o amparo da

implementação simultânea de serviços públicos, como relata um dos fundadores da associação:

“Na verdade, no bairro nada é dado. Tudo no bairro foi pago. Asfalto, água e luz; tudo. Com muito custo conseguimos colocar a luz no bairro. Mas depois da luz no bairro ficou faltando água. E aí, com muita luta, conseguimos esse terreno da associação do bairro. A escola [Escola Elza Peregrino de Aguiar, ao lado da sede da associação] utilizou o terreno. Essa luta vem de duas coisas: da associação de bairro e da luta por água, luz, rede de esgoto e tal. O progresso do bairro hoje é excelente. Tem escola, asfalto, água e luz (...)” (Relato de um dos fundadores e membro atual da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

À medida que a população do bairro expandia-se, as demandas tornaram-se mais direcionadas à luta contra a precariedade de serviços públicos, escolas e atendimento à saúde, como a necessidade de construção de postos de saúde no bairro ou região.

Com a implantação dos serviços básicos de infra-estrutura urbana no loteamento Pq. D. Pedro II inicia-se um processo de busca por melhorias no oferecimento das políticas públicas mais requisitadas pela população de baixa renda – predominante na região do Ouro Verde ao qual pertence o bairro Pq. D. Pedro II –, como políticas de saúde mais eficazes, oferecimento de mais escolas, vagas, postos de saúde, etc:

“(...) E, depois, a gente se organizou pra conquista da ligação de água. Não tinha água. Inclusive, na época eu tava combinado com uma pessoa pra que ele furasse um poço pra mim, né? E aí, passou assim,.... A gente tava discutindo com a Sanasa, na época. E, depois, passou uma pessoa lá e falou que já tava definido. E foi onde que eu parei pra fazer a negociação com o posto, porque daí, em uma semana, já vinha a tubulação de água pro bairro. Teve a mobilização por asfalto. Pra conquistar o asfalto a gente teve que negociar com os moradores os lotes. Teve que tá procurando o proprietário do lote pra fazer a negociação, porque teria que dar 70%, né, de adesão.

Pra adesão foi uma luta danada, né?” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O caráter de ações variadas da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II converteu-se para as mais variadas discussões sobre políticas de infra-estrutura urbana e demandas emergenciais do bairro (demanda pelo acesso a um melhor serviço de transporte urbano coletivo, por exemplo), o que pode ser observado no relato seguinte:

“A gente teve a manifestação por transporte, né, porque o transporte deixava a gente do bairro mais ou menos uns três quilômetros longe do centro, né? Uma das primeiras manifestações foi essa. Da gente tá trazendo o transporte pro bairro, né? (...)” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Ao longo de governos e contextos sócio-políticos, a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II consolidou-se como um espaço coletivo e local de discussão das políticas a serem reivindicadas e/ou implantadas na região do bairro Pq. D. Pedro II. Com membros mais atuantes no início das lutas essenciais no bairro em volta do polêmico atendimento a uma infra-estrutura urbana ao Pq. D. Pedro II e região, a um período, hoje, de declínio na participação e fragmentação da atuação dessa associação de bairro, houve um processo de transformação em toda essa trajetória de mudanças de contexto político com as formas de ação e reivindicação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

2.2. Associação de moradores e Governo: contexto político e formas de reivindicação

A estratégia de atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II percorreu vários caminhos durante toda sua trajetória de reivindicações sociais. Nos anos 80, no início de sua história enquanto instituição, seus aspectos essenciais centravam-se em movimentos mais reivindicatórios, com base em uma política voltada para o atendimento das necessidades básicas emergenciais de um loteamento na grande cidade de Campinas que se expandia desde os anos 70, principalmente na periferia da cidade, com reivindicações mais direcionadas a demandas de infra-estrutura urbana.

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II enfrentou o período de grande expansão urbana e crescimento da periferia em Campinas. A associação de bairro, que posteriormente se transformou em uma organização, a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, passou por vários governos: pelo primeiro governo do Partido dos Trabalhadores em Campinas (1988-1992), com o prefeito eleito Jacó Bittar e o vice-prefeito Antônio da Costa Santos no bojo da elaboração da Constituinte de 88 e da conseqüente Constituição Municipal e Lei Orgânica de Campinas; pelo governo do PSDB (1993-1996), com José Roberto Magalhães Teixeira, e de 1997-2000 com o prefeito Francisco Amaral¹⁵.

Na história de atividades como movimento de bairro, houve uma relação de pedidos e benefícios com representantes do governo Executivo Municipal, em suas primeiras reivindicações e lutas. Através de relatos dos entrevistados, pode ser demonstrada essa

¹⁵ Informações obtidas através do seguinte texto: “Campinas. Século XX – 100 Anos de História”, in: **Diário do Povo – Correio Popular e Rede Anhangüera de Comunicação**, 2000: 166-175.

estreita relação com representantes do governo no período inicial das ações dessa instituição. Durante o governo do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (não foi relatado em que governo desse prefeito), houve um contato da instituição para obtenção de uma demanda do bairro Pq. D. Pedro II:

“Nós pedimos ao prefeito Magalhães Teixeira, e ao assessor dele de Educação, a escritura, e pedimos pra fazer a escola no terreno. Nós demos o terreno da associação de bairro para construir a escola no bairro. Eu briguei por essa escola, pros meus filhos, que se quisessem estudar, tinham de ir até o João Barreto” (Relato de um atual integrante e um dos fundadores da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Essa forma de prática política tradicional, promovida via relações de troca de benefícios, junto a representantes do governo e partidos, apresentou-se na trajetória da associação como uma das formas de obtenção de políticas e atendimento de demandas para o bairro. Segundo uma das representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, a política existente nessa associação de moradores é associada à relação com representantes do governo de Campinas:

“(...) Houve muita política mesmo aqui. Sempre vinham alguns vereadores e conversavam com o povo, e agora não. Agora tá bem parado mesmo” (Relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Esta relação, porém, será mais forte quando ocorre a inserção institucional da liderança do grupo, o presidente da associação, no governo do Partido dos Trabalhadores, com a atuação como assessor do vereador Ângelo Barreto do PT, tema do próximo item deste capítulo.

No governo de 2000-2004, com o prefeito Antônio da Costa Santos (assassinado no ano de 2001) e a vice Izalene Tiene, que assume a Prefeitura Municipal de Campinas, as

principais demandas dos membros e lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II referiam-se à necessidade de manter e, se possível, ampliar a participação dentro da própria associação, com membros mais interessados em desenvolver as atividades já existentes dentro da própria associação (recreativas, beneficentes e de debate sobre a necessidade de melhores políticas públicas), como também a participação em espaços de gestão de políticas públicas como em Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo.

2.3. Inserção institucional – Governo e Partido dos Trabalhadores em Campinas

A relação com o governo do Partido dos Trabalhadores em Campinas intensificou-se com a inserção institucional da liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no trabalho como assessor do vereador Ângelo Barreto (PT – Campinas); tal liderança foi convidada pela militância em movimentos populares na Região do Ouro Verde a assumir a presente presidência da associação de moradores do Pq. D. Pedro II. Também há uma relação de partidarização de outros membros da associação no Partido dos Trabalhadores, exercendo a defesa do governo, das propostas e políticas realizadas por este partido na cidade de Campinas.

A inserção de um representante de movimento popular está na história do Partido dos Trabalhadores, tradicionalmente ligado a movimentos sociais. O presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II confidenciou ter relutado a entrar no governo pela própria

condição de ter mais autonomia ao ser “apenas” representante do movimento do que no trabalho de assessor de um representante na Câmara Municipal de Campinas.

Alguns membros da associação demonstraram ser receptivos e simpatizantes do partido e de seus representantes. Alguns também confidenciaram serem filiados ao PT, embora não tenha sido feito nenhum comentário por parte dos representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II sobre alguém que tenha trabalhado diretamente com algum representante político em governos anteriores. Os membros entrevistados referiram-se mais ao governo do ano 2000 ao ano 2004 do PT em Campinas, período em que está concentrada a análise deste trabalho.

A defesa dos representantes do governo e da forma de governar do PT (2000-2004) não é generalizada na opinião de outros representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Há quem encontre problemas no governo do PT quanto ao comprometimento das metas, principalmente quanto à eficácia de políticas públicas de saúde, referindo-se principalmente às metas e resultados do programa do Orçamento Participativo de Campinas.

Um dos membros, que se desvinculou da associação no decorrer do ano de 2004, criticou a relação direta com vereadores, referindo-se ao Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Tal membro revelou, em conversas não gravadas, que não concorda com a relação de atividades junto ao vereador. Para este representante da associação, pode haver sim uma troca de favores com este representante político, como a obtenção da reforma no campo de futebol de areia da sede da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, o que poderia ser uma forma de obter votos no bairro. Isso significa que a defesa da idéia de não haver uma relação de partidarismo na associação do Pq. D. Pedro II,

por parte do presidente, não corresponde à realidade do grupo, apesar dessa opinião contrária não ter sido exposta por outros representantes, além do já mencionado.

No próximo capítulo, com a apresentação do atual perfil organizativo e das atividades da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, será analisada a natureza da relação da associação junto à arena estatal, junto com as outras ações, arenas e atores que existem nesta rede de ações e relações dessa associação de bairro em Campinas.

Capítulo 3

Análise da Atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II nas arenas estatal e societal (2000 a 2004)

3.1. Perfil organizativo geral

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é, hoje, composta por 30 membros em seu registro oficial¹⁶. Alguns membros são provenientes de outras associações de bairro, do movimento sindical, do movimento pela saúde e de Pastorais Sociais da Igreja Católica. Outros nunca haviam participado ou se inserido em nenhuma outra instituição, movimentos, partidos. Essas pessoas exerciam apenas suas profissões, em geral, de pedreiro, motorista, comerciante, dona-de-casa, estudante, eletricitista ou já eram aposentados.

A grande maioria participa das ações da Igreja. Outros membros nunca participaram de nenhum outro grupo, mas estão ativos nas atividades do grupo e/ou também são membros de Conselhos Gestores de políticas públicas como o Conselho Local de Saúde (DIC I) ou o Conselho Distrital e Municipal de Saúde, e também participam ou já participaram do Orçamento Participativo, na temática da Saúde e em outras temáticas (Educação, Assistência Social, Esporte e Lazer), e nas Assembléias Regionais do OP, seja como participantes ou até mesmo como representantes do bairro Pq. D. Pedro II e região.

¹⁶ Último Registro Civil da Pessoa Jurídica da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. No. 73.726. Campinas, 11 de julho de 2003.

As atividades do grupo concentram-se em ações ligadas à Igreja, como a participação nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), nas Pastorais Sociais, como a Pastoral da Saúde e da Criança, e em ações recreativas e beneficentes, voltadas para o próprio bairro e para seus moradores, como também se referem ao trabalho da liderança (presidente da associação) e de alguns membros vinculados a um representante do Legislativo de Campinas – o vereador Ângelo Barreto. Houve também a participação forte dos representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em espaços de discussão de políticas públicas – no Orçamento Participativo de Campinas e em Conselhos Gestores como o Conselho Local de Saúde DIC I, que abrange o atendimento à região do bairro Pq. D. Pedro II.

O grupo que representa a associação envolve-se em muitas atividades e demandas, com um amplo leque de ações, temas e políticas debatidas. No entanto, devido à própria existência da multiplicidade de interesses e opiniões, existem também divergências no interior dessa associação. Enquanto alguns dos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II preferem ações mais recreativas, beneficentes e locais, voltadas para os moradores do bairro, outros preferem o trabalho junto à Igreja, com ações sociais, através da participação nas Pastorais Sociais.

Outros membros preferem a atuação em espaços deliberativos, participando de conselhos de saúde, inserindo-se como representantes ou participantes no espaço do Orçamento Participativo. A liderança do grupo prefere atuar principalmente na política institucional, como colaborador dentro do Legislativo, já que é assessor de um vereador de Campinas, mas de forma conjunta com a Igreja, bem como na participação em espaços deliberativos. O que se observa é uma instituição constituída por moradores do bairro, com reivindicações e lutas por demandas mais imediatas da organização, e pela necessidade de

se apresentar como uma instituição organizada frente à sociedade e ao governo, que se formaliza, portanto, pelo regulamento e registro em Cartório.

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II atravessa um processo de transformação, em que os próprios membros reconhecem o descompasso em seguir um regulamento que não acompanha as mudanças que envolvem o número de membros atuantes na associação e a falta de participação de membros “oficiais” nas reuniões.

“Diminuiu a participação, né? Aí, a primeira participação era com o interesse de que a infra-estrutura do bairro acontecesse” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outro membro do grupo comentou que, por não haver mais a reivindicação por infra-estrutura urbana, necessidade mais coletiva e emergencial, a instituição perde o foco das lutas e demandas e, dessa forma, também perde a participação da população local:

“No passado, o pessoal tinha muito interesse. Mas qual era o foco? Não tinha asfalto, água, luz elétrica. O foco deles era utilizar o instrumento da associação pra conseguir asfalto, iluminação, água encanada, esgoto. O foco deles morreu. Parece que a Sociedade Pq. D. Pedro II morreu. Foi perdendo o interesse (...)”

“Se tivesse interesse, a coisa iria pra frente. Eu fazia o orçamento, mas iria mostrar pra quem? Pro Devanir e pra meia dúzia de ‘gato pingado’ que ia lá nas reuniões. Eu moro há poucos anos aqui, mas falam que aqui na associação era um movimento terrível. As pessoas iam às reuniões, se reuniam pra discutir as questões do bairro. Não tem mais uma associação como tinha antes” (Relato de um membro que posteriormente se desvinculou da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II – assim como outras associações de bairro – é regulamentada por um Estatuto Social que define as finalidades e

responsabilidades, bem como a organização da associação, dos associados, dos conselhos próprios (Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal), do quadro social de direitos e deveres.¹⁷ Há funções diferenciadas para cada membro, como o grupo de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, além do presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, do primeiro e segundo tesoureiros, do presidente dos conselhos e suplentes do Conselho Deliberativo. Cada um dos grupos possui uma função dentro da associação, o que pode ser constatado pela seguinte entrevista:

“Tem Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal... O Conselho Deliberativo é aquele que chama pra qualquer discussão e dá direito a convocar uma assembléia, dar um questionamento. Ele é composto de dez pessoas” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O presidente da Associação relatou que as ações não são mais orientadas apenas e formalmente pelo Estatuto:

“(...) houve a necessidade de estar montando um estatuto, que a gente mesmo montou na época. Inclusive, hoje ele é ultrapassado, e tem que fazer uma nova assembléia e refazer ele, porque tem muita gente lá que não cabe mais hoje. Tem a ata daquela época, e hoje ela é uma ata ultrapassada” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Um dos desafios da associação é justamente desburocratizar suas normas e processos interiores para uma maior abertura e renovação da participação de outros moradores interessados nas ações e lutas da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II:

¹⁷ Informações obtidas no Estatuto Social da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II registrado em cartório.

“(...) devido ao nosso Estatuto ter uma legislação ultrapassada; o nosso Estatuto é composto de trinta e seis pessoas. A gente acha um absurdo né, porque essas trinta e seis não participam, mas você é obrigado a fazer isso, porque senão o Cartório não aceita, né? Antigamente, quando o bairro não tinha a estrutura de asfalto e esta coisa toda, era muito mais fácil você ter trinta e seis pessoas pra compor uma chapa da associação. Hoje, como o bairro tá bem estruturado, é mais difícil conseguir isso, porque o pessoal acha que uma associação não tem muitas pessoas, que têm a cultura de que uma associação pode trazer muitos benefícios pro bairro ainda, né?” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Existe na Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II uma dificuldade de se garantir a participação da população nas reuniões e atividades da associação, que tanto marcou o início de sua trajetória no bairro. Observa-se uma dificuldade de renovação das lideranças e membros, o que também colabora para que não exista a consolidação de um movimento de base:

“Parece que com o tempo as pessoas perderam o interesse em participar. As pessoas não dão valor a essas coisas. A associação não tem valor. Pra eles, não tem valor” (Relato de um ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

“Eu acho que a associação, sei lá... Vai passando o tempo... não sei. Tão deixando pra lá as reuniões, ou o pessoal mais os membros da associação vão ficando desanimados, né? Então a gente participava de muitas reuniões, sabe, e, de repente, foi parando, parando...” (Relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Como relataram alguns dos membros, isso pode ter ocorrido devido à melhora do quadro de infra-estrutura urbana do bairro, da construção de mais unidades de saúde e hospitais na região, etc. Uma maioria, portanto, defende que houve uma melhora dos serviços provenientes de políticas sociais no bairro e região, e outros já não concordam, e dizem que há muito a ser feito na infra-estrutura urbana e nos serviços de saúde do bairro:

“Não. Não tem melhorado e até o povo viu que não tá melhorando. A própria Diretoria viu que tá forçando e via melhoria, e o povo não contribuía, e a cobrança das pessoas que é muita, e a ajuda são pouca; não vão nas reuniões, não vão nas assembleias. O pessoal, os membros não aparecem e fica difícil, né?” (Relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

“(...) A infra-estrutura do bairro estando bem, tranqüilo, o que uma associação de moradores tem que ter? Ela tem que ter Esporte, Lazer. Então, enquanto em uma associação, entre as várias diretorias, ela não se preocupa com a sede social. (...) Não tem mais aquela adesão popular” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O papel de cada membro e seus interesses no interior do grupo da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é essencial para a observação dos rumos tomados pelo grupo como um todo e, portanto, no delineamento do conjunto de ações e relações da instituição.

3.2.Lideranças e quadro de membros

Há membros com origens diversas e, conseqüentemente, com opiniões e interesses diferentes dentro do grupo.

O próprio presidente da Associação (Devanir Bissoli) iniciou sua história de ações e lutas sociais em movimentos populares da periferia de Campinas, na região do Ouro Verde, participando do Conselho Popular do Ouro Verde, em reivindicações por transporte

coletivo urbano. Também sempre esteve presente nas Pastorais Sociais como na Pastoral da Criança, nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Hoje, dentro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, desde o ano de 2003, participa também do Conselho Local de Saúde DIC I, sendo um dos conselheiros usuários desse conselho; participou do Orçamento Participativo desde o primeiro ano desse programa (2001).

No OP, esta liderança lutou pela reforma e ampliação do Centro de Saúde DIC I no ano de 2004, pela reforma e ampliação da Escola Estadual Elza Peregrino no bairro Pq. D. Pedro II no ano de 2002, pelo asfalto em outros bairros da periferia na região do Ouro Verde, pela construção de creches na região, pela melhoria na iluminação do Pq. D. Pedro II, segundo seus relatos. Mas suas principais atividades nos últimos anos, desde que se inseriu no governo como assessor do vereador do PT – Ângelo Barreto –, direcionaram-se para o trabalho em atividades vinculadas à Prefeitura Municipal de Campinas, como a participação em eventos, debates, trabalhos como o debate sobre a questão racial, ou seja, nas ações originadas do trabalho remunerado de assessoria ao vereador Ângelo Barreto, mas que se juntaram às iniciativas da associação como a “Horta Comunitária”, além de, no ano de 2004, ter se concentrado nas atividades ligadas às eleições municipais que resultaram na reeleição do vereador Ângelo Barreto, que havia assumido como suplente o cargo de vereador.

O trabalho nas eleições demandou muita disponibilidade de tempo do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e foi um dos motivos da diminuição no número de reuniões do grupo, e do afastamento, neste período, do papel de demanda desses encontros e assembléias junto aos demais membros representantes dessa associação.

Os interesses desta liderança do bairro Pq. D. Pedro II concentram-se, portanto, em ações recreativas unidas às lutas por políticas de esporte e lazer, de acordo com seu trabalho

como assessor político. Mas também houve uma luta mais ampla, por melhores políticas públicas de saúde na região, sendo essa a razão pela qual a liderança participa do Conselho de Saúde e pela qual participou das assembleias do Orçamento Participativo dentro da temática da Saúde e da Educação, embora no OP não tenha sido representante eleito como é no Conselho Local de Saúde DIC I. O membro em questão não soube informar exatamente de quantas e quais assembleias regionais e temáticas participou, do ano de 2001 ao ano de 2004, período de vigência do Orçamento Participativo no município de Campinas.

O presidente da Associação também não soube informar desde quando participa das Pastorais Sociais e das Comunidades Eclesiais de Base, mas nos relatou que a sua inserção nas atividades sociais e políticas ocorre através da Igreja Católica:

“Eu sou mais envolvido com a Igreja, né? Minha formação é da Igreja. É por isso” (relato do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Assim como o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, outros membros também fazem parte das atividades ligadas à Igreja. A quantidade de membros atuantes nas Pastorais Sociais (Pastoral Social da Saúde, da Criança) e nas Comunidades Eclesiais de Base não foi definida com exatidão, porque muitos membros não aceitaram participar das entrevistas. Um dos membros (Aderanir) relatou que participa mais das ações sociais vinculadas à Igreja, e nunca participou de Conselhos Gestores ou do Orçamento Participativo, revelando uma participação bem menos diversificada do que as diversas ações da liderança da associação:

“A gente não pode tá assumindo muitos compromissos, porque eu sou empregado. Eu trabalho. Só tô afastado por motivo de acidente de trabalho. Por isso a gente não pode

tá assumindo muito compromisso, porque de repente a gente pode tá sendo chamado pra retornar ao serviço”

“Do OP, não. Tem o trabalho deles aí, a gente gosta, acha correto. Mas participar mesmo ainda não. De Conselhos, não”

“A gente é católico, participa da Comunidade São Pedro (...)” (Relatos de um dos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outra integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II (Laurice) revelou que já participou de assembléias do Orçamento Participativo, mas hoje atua mais em um grupo de mulheres vinculado à outra associação de moradores da região – a Associação do Núcleo Iporã. Confidenciou que está um pouco afastada das atividades da associação do Pq. D. Pedro II, mas ainda não se desvinculou do grupo. Também é representante no Conselho Local de Saúde DIC I, onde é conselheira usuária suplente.

Já outro integrante da associação (Marcelo) mostrou-se mais participativo em assembléias do Orçamento Participativo na temática da Saúde, onde tentou sem sucesso ser eleito representante. Também mostrou, neste período, interesse em iniciar o trabalho como conselheiro no Conselho Local de Saúde DIC I:

“O Devanir tava me passando que, talvez, o Conselho de Saúde da região ali vai ter eleição. Eu talvez tenho curiosidade de tá participando do Conselho. (...) É o que me desperta e me dá interesse” (Relato de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Esse membro participava ativamente da Associação, como ele próprio relatou, porque estava desempregado e, apesar de estar interessado em outras atividades da

associação, dedicou-se mais à participação na área da saúde, principalmente no Orçamento

Participativo:

“Do OP só participei da área da saúde. Como eu disse: como estou desempregado, agora eu tenho um tempo maior pra tá participando. Não adianta você estar em lugar onde você sabe que não vai ser coerente. Você não vai poder tá assumindo, carregando essa responsabilidade que você não vai poder ter.”

“Eu sou morador do bairro, né? Em 98, mudei pra lá. Eu tenho o documento, a ata da associação em casa.(...) Eu fiquei em aberto pra qualquer área que tiver precisando de mim. Agora, como estou desempregado, tenho um tempo maior, né? Hoje eu tenho uma participação mais atuante.”

“(...) Há questão de um ano que eu venho realmente procurando me aprofundar um pouco mais nesta atuação, pra associação, pra prestação de serviços na comunidade em geral, né? Na educação, habitação, no que for preciso a minha participação.” (Relatos de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outro integrante da associação (Toninho) – que foi, aliás, um dos fundadores da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II – participou do movimento sindical, da luta por infra-estrutura urbana no bairro durante a constituição da associação de moradores e por moradia e educação:

“Participei do movimento sindical. Sou metalúrgico aposentado. (...) O operário tem que ter uma associação, uma orientação. Não tem como escapar da política, porque tudo envolve educação, moradia” (Relato de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Esse membro revelou que também participou do Orçamento Participativo nas assembléias regionais:

“Já participei do OP. Você tem de responder pela área onde você mora, pelos filhos e netos que vão usufruir disso” (Relato de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Há membros e lideranças mais “atuantes” do que outros representantes da associação. Portanto, o que ocorre em reuniões e encontros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é justamente a falta de membros oficiais ou mais pessoas interessadas na continuidade das atividades dessa associação no bairro, assim como também nas discussões e representação em outros espaços. Há a opinião de membros que divergem dessa posição ao comentar sobre a necessidade de mais presença e apoio do grupo como um todo nas ações e propostas da associação:

“A gente aqui, da associação, acha que ficou meio abandonada. Depois, começou a melhorar de novo, mas, assim, não tem contribuído para ajudar. E também não têm pessoas para buscar melhorias, que também são muito poucas: trabalham, então não têm muito tempo pra tá lutando pela associação pra ver se consegue, né?” (Relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A fala, a representação da base, mantém-se com a liderança do grupo e outros poucos membros que se interessam pelo debate público, pela luta por melhores políticas públicas não só para o bairro e a região, mas para toda a cidade.

O papel da liderança comunitária na Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é extremamente relevante, porque não só garante a representação e a ligação com a base, mas também promove a continuidade dos trabalhos da associação:

“Eu penso assim: a gente como liderança aqui no bairro, a gente tem que formar lideranças. Nesse processo, a gente tem que pegar pessoas que se interessam pela associação, pelo debate político, pelo trabalho social. Eu espero que a gente consiga fazer mais lideranças. Eu acho que a associação não tem que fazer só a demanda do bairro, né, do asfalto, do esgoto, né? Ela tem também o compromisso de formar lideranças. À medida que vão as pessoas, né, as pessoas vão se formando automaticamente, né? Pode não servir hoje pra associação aqui no bairro, porque às vezes ela muda, né, mas às vezes ela tá preparada pra tá assumindo em outros lugares” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Portanto, existem dificuldades de renovação das lideranças e membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Isso significa um desafio à continuidade e fortalecimento do grupo. São sempre os mesmos a participar e liderar a Associação:

“Então eu tento fazer um rodízio assim. Se têm pessoas lá que eu tenho dó de tirar. Elas não são tão atuantes, mas já foram muito atuantes. Hoje estão bastante idosas, mas querem ainda participar. Quando, assim, que vai ter reunião da associação, e não coloca pessoas lá nos últimos cargos, né? E a gente tenta renovar, né, por exemplo, ... Eu, por exemplo, motivo outras pessoas a serem presidente. Eu quando vejo que tá esgotando a liderança, eu retorno novamente como liderança do bairro, né, do Ouro Verde, e passo a trabalhar novamente com pessoas novas, para que estas pessoas novas se tornem lideranças novas também. Por exemplo, daqui um ano vai ter eleição no bairro, e eu tô preparando pessoas para que assumam a presidência, pra que não sobre carregue a gente que tem outras ocupações” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Enquanto o próprio presidente da associação diz enfrentar problemas de renovação do quadro de membros da associação, ele mesmo confessa o seu papel de liderança do grupo, tendo adquirido mais preparo pelo trabalho de assessoria no governo e pela participação em canais deliberativos como os conselhos e o Orçamento Participativo, encaminhando as

demandas dos moradores junto à burocracia, com a qual diz possuir mais familiaridade do que outros membros da associação:

“No caso da assessoria, ela encaminha e tenta enfrentar a burocracia com os moradores” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outros membros revelaram a dificuldade de se dar continuidade ao trabalho junto à Associação. Muitos voltaram a trabalhar e com isso poucos participam das reuniões e atividades do grupo. Outros membros participam mais da Igreja e, por razões e interesses pessoais, não participam de outras atividades, bem como dos Conselhos Gestores de políticas públicas. Alguns não participaram de nenhuma assembléia do Orçamento Participativo. Há membros que se interessam apenas pela instituição e suas atividades recreativas, voltadas para o bairro Pq. D. Pedro II, como este membro que relata o seguinte:

“Não participo. Nesta parte de Orçamento Participativo não, nem de conselho gestor. O meu foco mesmo é a associação(...)”(Relato de um integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Este mesmo membro posteriormente desvinculou-se da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II graças a divergências com a liderança e com o restante do grupo em relação à ligação da Associação com partidos e representantes partidários, assim como em relação a atividades com as quais discordava, como é o caso da Horta Comunitária,¹⁸ devido à ocupação de um terreno baldio que, na verdade, possuía proprietário, e por isso não poderia ser utilizado pela associação do bairro.

¹⁸ Projeto posto em prática com origem no trabalho do presidente da associação e do vereador Ângelo Barreto, apoiado por vários membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Tal trabalho consiste na ocupação de terrenos baldios, que seriam transformados em lixão, pela própria população do bairro em acordo

Os demais membros, embora não participassem de todas as atividades promovidas pela associação, concordavam e achavam serem excelentes as idéias da liderança e dos membros que propunham a maior parte das ações promovidas na Associação.

Entre ex-membros da Associação que ainda são ligados à liderança, mas já não fazem parte do grupo, está a conselheira usuária do Conselho Local de Saúde DIC I, que também é conselheira no Conselho Distrital de Saúde (Distrito Sudoeste) e conselheira do Orçamento Participativo na temática da Saúde de 2003 a 2004. Assim como o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, ela também é uma liderança na região, principalmente no bairro DIC I, onde mora. Esta representante também trabalha como assessora do vereador Ângelo Barreto (PT) na Câmara de Vereadores de Campinas.

A condição de aliada das associações de bairro da região e representante da população em uma esfera pública – em conselhos gestores de políticas públicas e no Orçamento Participativo –, também se deve ao trabalho anterior em associação de moradores e no movimento popular pela saúde. Há um compartilhamento de posição em relação à inserção institucional, porque assim como o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, ela também está inserida na arena estatal através do trabalho como assessora de vereador no município de Campinas. Essa mesma pessoa confidenciou que atualmente dá preferência pela atividade nos espaços de gestão de políticas públicas, seja no Conselho Local de Saúde DIC I, seja no Conselho Distrital e Municipal de Saúde ou no Orçamento Participativo de Campinas, mas somente em espaços em que há a discussão de políticas de saúde. Há aqui uma direção em relação à esfera pública mais ampla que se dirige a um tema em especial que é o das políticas públicas de saúde.

com o proprietário, onde se recupera o terreno através da limpeza do mesmo e da realização de uma horta comunitária, mantida pelos membros da associação do bairro Pq. D. Pedro II e interessados.

Existe uma diversidade de interesses e opiniões na representação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, onde há caminhos que se direcionam mais para atividades ligadas a atores como a Igreja Católica, para a participação na arena público-deliberativa e para a consolidação da inserção na arena estatal via relação com a política institucional.

3.3. Atividades e temas debatidos

A Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, em toda a sua trajetória de lutas, debateu várias diretrizes e temáticas de políticas públicas junto à comunidade, além de promover atividades próprias no bairro. Iniciou suas atividades com lutas sociais, mais voltadas à conquista de uma melhor infra-estrutura urbana para o bairro Pq. D. Pedro II e região.

A instituição sempre trabalhou com participantes que também atuavam em ações vinculadas à Igreja Católica, o que ainda é uma forte característica dessa associação de moradores.

Hoje há um lado da associação que está fortemente vinculado a atividades políticas devido à existência de liderança ligada à política partidária pelo trabalho de assessoria de um vereador no município de Campinas, mas também existe uma face direcionada às ações recreativas, de atividades esportivas, por exemplo, para os próprios moradores do bairro e região.

A associação promove ações recreativas ligadas ao esporte e ao lazer com a realização de trabalho com professores de capoeira, ballet, jazz, futebol na quadra de areia, etc. Dentro das reuniões da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, as discussões voltam-se mais para a realização dessas atividades e sobre comentários de atividades ligadas à representação política da liderança, como o projeto Letra Viva (programa de alfabetização principalmente de adultos, vinculado aos programas sociais da Prefeitura Municipal de Campinas) e o projeto da Horta Comunitária.

O projeto da “Horta Comunitária” é um projeto posto em prática pela Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, que envolve os moradores, com a devida autorização do proprietário, na ocupação de terrenos baldios que haviam se transformado em “lixões” do bairro, com o intuito de se construir uma horta para a comunidade do próprio bairro e uma atividade para aposentados, desempregados e outros interessados em participar desse projeto:

“A Horta Comunitária serviu pra várias coisas, né? Ela serviu pra que diminua a depressão do desempregado, porque o desempregado estando lá, ele se sente mais saudável, né? Ele mexe com a terra. Então, né, além de produzir um alimento que pode diminuir o custo, né, em benefícios das próprias famílias, né? E, também, lá era uma área onde era jogado entulho, lixo, né? Hoje, ela é uma área limpa. Fez uma conscientização na população que ali não era lugar pra jogar lixo, né? Valeu a pena!”
(relato do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

As propostas referentes à saúde buscam se articular às políticas preventivas de saúde ligadas ao meio-ambiente, como o combate à constituição de “lixões” em terrenos baldios e em praças do bairro e da região, à contaminação da água na área rural próxima ao bairro Pq. D. Pedro II, dentre outras ações preventivas. Trata-se de uma instituição com ações e propostas que se estendem a vários temas, inclusive a questões referentes ao campo

da saúde, que contam com a participação de seus membros em espaços de discussão de políticas públicas de saúde, como nos conselhos de saúde e no Orçamento Participativo (Saúde).

Algumas ações, segundo os próprios membros, não estão diretamente ligadas à saúde, mas são utilizadas nas discussões sobre as condições das políticas e serviços de saúde. Essa é uma das razões de membros da associação do Pq. D. Pedro II se inserir em espaços de discussão de políticas públicas de saúde:

“No caso da erosão, por exemplo. O nosso bairro faz divisa com área agrícola. Então, essa área agrícola também é defendida pelo bairro, né? Na questão da erosão, no cuidado com algum inseto que possa estar prejudicando o bairro, que nem as nascentes de água. A água tava contaminada” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

“Por exemplo, na questão da dengue, a gente pede a participação do Centro de Saúde, para que faça uma revisão nos bairros, na associação, na questão do próprio lixo, de como colocar o lixo; nas vacinações ...” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A multiplicidade de temas debatidos é defendida por alguns membros como uma característica positiva dentro do conjunto de ações e atividades da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II:

“Têm várias áreas lá. (...) A associação trabalha com várias áreas: educação, assistência social, área da saúde” (Relato de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Entre os trabalhos desenvolvidos pela associação do bairro Pq. D. Pedro II estão atividades ligadas tanto à Igreja quanto ao trabalho de assessoria do vereador Ângelo Barreto, principalmente pela liderança, o presidente da associação:

“Ela mexe com a conscientização política. Por exemplo, chega a Semana da Mulher, a gente arruma tema pra tá fazendo debate, pra questão da mulher; fazer programação festiva. Chega a Semana da Consciência Negra, a gente tem o SECONOVERDE – Semana da Consciência Negra da Região do Ouro Verde. Esta foi um trabalho da Pastoral Social junto com o Gabinete Participativo do vereador Ângelo Barreto, que trabalhou junto, né? Já vamos para o terceiro ano que temos o SECONOVERDE.(...)” (relato do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Isso significa que há todo um processo de desenvolvimento de ações que unem atores e arenas através da liderança e de todo o trabalho político a sua volta. Todas essas questões (questão racial, debate sobre o papel das mulheres, ações via Pastorais Sociais da Igreja Católica) citadas pela própria liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II mostram quão é estreita a relação entre o trabalho político institucional e as demais atividades promovidas na associação.

A continuidade dos trabalhos e propostas da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II foi dada pela liderança e alguns membros mais atuantes ligados justamente ao trabalho político com representantes do governo – vereadores, secretários –, como também por aqueles que estão mais inseridos nos debates de espaços públicos como os Conselhos Gestores de políticas públicas e o Orçamento Participativo de Campinas. São os membros e as lideranças que mais atuam na política promovida nos espaços de gestão de políticas

públicas e que também mais diversificam os temas e interesses no interior da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

A multiplicidade de interesses defendidos por essa associação sempre buscou ampliar o universo das discussões das políticas públicas a vários temas. Os representantes da sociedade civil se dividem em meio à participação nos espaços de co-gestão, na participação em atividades sociais, mais vinculadas às Pastorais da Igreja Católica, e nas atividades recreativas da própria associação, apresentando uma das características das lideranças de base em relação à inserção participativa que é a “*febre participacionista*” desses representantes da sociedade em espaços públicos¹⁹.

Há uma busca pela inserção na discussão dos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em vários espaços com políticas diferenciadas. Ao mesmo tempo em que há a representação em tantos espaços, através dos mesmos atores, às vezes não se promove uma tentativa de conhecimento do que é discutido em outros espaços, por outros membros, visando ter uma visão mais ampla do que se discute em cada um dos espaços deliberativos.

Alguns representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II buscam se inserir em vários espaços, o que leva à tentativa de articulação dessas políticas setorializadas. No entanto, a associação perde o foco em suas ações e na tentativa de se movimentar em vários espaços com discussões de políticas públicas diferenciadas em cada uma delas, além de enfrentar o dilema de ver seus representantes e suas lideranças com um excesso de trabalho de participação nos espaços deliberativos e também nas atividades políticas institucionais, junto ao Legislativo de Campinas.

¹⁹ “*Essa febre participacionista*’, além de fragilizar os espaços públicos de deliberação, levava à exaustão os atores, os quais deveriam ser capazes de defender – setorializando suas demandas – a política da proteção integral” (TATAGIBA, 2003: 130).

O que aparece como resultado desse processo de múltipla inserção participativa é o desligamento com a base, ou seja, como os outros membros representantes da associação e das atividades desenvolvidas por ela. A multiplicidade de atividades e temas no interior da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II faz com que os seus membros e liderança se dividam de tal forma para promover a participação em outras arenas e com outros atores, que a união e debate no interior da associação ficam em segundo plano.

3.4. Relações com a burocracia do Estado

A permanência de práticas políticas pelo modo tradicional, baseadas na troca de benefícios, envolve, como foi mencionada por um dos membros da associação, uma relação muito próxima a instituições estatais ligadas diretamente ao bairro Pq. D. Pedro II e à região do Ouro Verde: a Secretaria de Administração Regional,²⁰ responsável pela área da Região do Ouro Verde no atendimento de demandas de infra-estrutura urbana, praças, ruas e avenidas, etc.

Alguns membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II possuem uma forte relação com representantes de partidos políticos no governo, como pôde ser constatado neste capítulo. Já as ações junto às agências estatais são mais restritas à liderança do grupo. O presidente dessa associação comentou que, durante o governo do PT, ele teve uma

²⁰ A criação das SAR's – Secretarias de Administração Regional – ocorre nas quatro regiões de Campinas como medida de descentralização administrativa devido ao grande crescimento urbano durante o governo de

estreita relação com o Secretário de Administração Regional, que é responsável pela região onde está inserido o bairro Pq. D. Pedro II. Aliás, o próprio Secretário da Regional do Ouro Verde (Vicente) revelou-nos que iniciou suas atividades no Conselho Popular do Ouro Verde na década de 90, entre 1990 e 1992:

“Mesmo antes da administração, eu já participava de um Conselho Popular lá no Santo Antônio; aqui, desde 90, 92, por aí, a gente promoveu a formação de um Conselho que trabalhava com todas as entidades, associações de bairro, com conselhos de escolas, com postos de saúde. A gente reunia esse pessoal, o conjunto de lideranças de todos os bairros da região que é muito grande. Na época, a gente lidava com mais de cinquenta e seis entidades. A gente se reunia, se encontrava, e a gente tentava encaminhar as reivindicações nossas, aqui, mas a nível de região. Aquelas do bairro também(...)” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

No trabalho junto à comunidade durante este período em que fazia parte deste conselho, conheceu a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, seus membros e suas atividades. Inicia seu trabalho na Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde em 2001, sem ter trabalhado anteriormente em Secretarias do Governo, segundo ele:

“Trabalhei de 2001 até novembro de 2003.(...) Trabalhava só no movimento mesmo. Eu era da associação do meu bairro e, na hora de montar esse Conselho Popular, aí eu fiquei como Coordenador desse Conselho durante quatro anos, né? Então, eu não tive experiência em Secretaria, em nada” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) – (1992-1996). Extraído de “Campinas – Século XX – 100 Anos de História”, in: **Diário do Povo – Correio Popular**. Rede Anhangüera de Comunicação, 2000: 175.

A atividade desse representante da associação, ao buscar relações com essa Regional, também está vinculada à tarefa de assessor de vereador, que necessita tanto de máquinas como tratores, etc., ou seja, de instrumentos para efetivar uma demanda do bairro e região, como também está relacionada à discussão de assuntos polêmicos, mas como representante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, isto é, como liderança do bairro e região. Mas também havia uma relação de ajuda desse secretário da Regional do Ouro Verde com a liderança dessa associação, já que ambos possuíam relações diretas com o trabalho do governo do PT, especialmente com o vereador Ângelo Barreto, sendo assim defensores do governo do Partido dos Trabalhadores.

Esse secretário contribuía para o desenvolvimento das atividades da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II tais como a Horta Comunitária, como ele mesmo relata a seguir:

“Aqui do D. Pedro II, a gente conheceu mais da época do Conselho. Aí que eu conheci a entidade do bairro. Na época da Regional também conheci. Na época da Regional, muitas pessoas deles foram lá reivindicar serviços pro bairro D. Pedro. Eu também fui procurado enquanto administrador pela entidade daqui, pra resolver bastante coisa. Por exemplo, a Horta que o Devanir tem ali, eu ajudei a encaminhar a documentação pra Horta ser legal, porque tem uma lei na Câmara, na Prefeitura que rege montar a Horta Comunitária. Na época eu ajudei muito o Devanir a cumprir isso” (Relato do Secretário da Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

Como foi relatada pelo presidente da Associação, a relação com a Secretaria de Administração Regional envolve também o trabalho como liderança do bairro onde mora, pela luta em defesa da população nos debates e conflitos que envolvem o seu bairro e região:

“A gente faz o ofício, né, e mostra a necessidade da demanda, né, e fica brigando politicamente para que isso aconteça. É o trabalho do mandato, né? É o trabalho de assessor, né - atender à reivindicação do povo, na medida do possível, né, junto com as associações, né? Por exemplo, a gente trabalhou com a associação do Jd.. São José, também com a demanda do asfalto. A gente trabalhou com a associação no Jd. São Pedro na questão do asfalto e outros bairros por aí, né? No São Domingos, nos bairros que não tinham infra-estrutura de água, de esgoto. A gente tem tido muito trabalho, né? A gente é uma alavanca de todas essas conquistas e demandas” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

“Por exemplo, o Hospital do Ouro Verde foi uma luta. Na linha de transporte também. O pessoal reivindicava ônibus, mas era pros bairros da região. Foi um trabalho que começou desde antes da administração, né? Trabalhei junto com a associação. E, é claro que a gente conheceu mais de perto a Sociedade Pq. D. Pedro II” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

Os encontros no espaço da Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde são promovidos pela Prefeitura Municipal de Campinas e se referem a problemas não ligados diretamente à saúde, mas que interferem na qualidade de vida e saúde da sociedade – população do bairro – como os problemas ambientais, lixões em terrenos que poderiam se tornar praças, áreas de lazer, etc. Segundo o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, as demandas essenciais discutidas com o secretário da Regional do Ouro Verde eram:

“As demandas são principalmente de manutenção de lugares, rodovias, manutenção da Horta Comunitária, manutenção de praças, urbanização, manutenção da região toda aqui. Junto com o DPJ também. Trabalho principalmente com o DPJ (Departamento de Praças e Jardins) e no urbanismo, né, com a Secretaria de Obras, né, na iluminação. (...) Têm demandas que a gente vai direto para a Secretaria, né? As demandas de manutenção são da Regional. As demandas de construção de obras,

planejamento, aí tem as Secretarias de Planejamento, de obras, né? A gente vai articulando” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O próprio secretário (Vicente) relatou que as demandas comentadas pelo presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II eram mais voltadas ao bairro e à região, mas não se restringiam aos representantes dessa associação:

“A demanda mais requisitada era manutenção de ruas, porque têm muito buraco nas ruas. (...) A prefeitura como tem dificuldade de orçamento, de grana, porque deve muito, então, não só no bairro, como na região inteira, que era uma demanda muito requisitada na nossa Administração Regional. E outra coisa também que era muito requisitada era a manutenção de limpeza de praça, de ruas, canteiros, também era muito requisitado” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

Ele também comentou que muitos serviços prestados pela Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde eram confundidos pela população do bairro com demandas que deveriam ser encaminhadas aos Conselhos de Gestão de Políticas Públicas e ao Orçamento Participativo ou a outras Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, apesar de não ter se referido exatamente sobre quem lhe encaminhava tais demandas:

“O pessoal misturava muito. Por exemplo, demanda que cabia a gente fazer, tava reivindicando pra Prefeitura. Então, o pessoal misturava muito. Então, acho que tem que fazer o pessoal tá mais organizado, saber fazer a demanda no local certo ainda falta. Às vezes, o pessoal se organiza, mas não tem a certeza aonde a pessoa deve encaminhar aquela reivindicação. O pessoal, por exemplo, reivindicava passar máquina na rua. Quem tinha que preocupar em passar máquina na rua, era a Regional.(...) a Regional que tinha que passar a máquina na rua. Não era lá em cima. O

peçoal ia lá em cima” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde durante o governo do PT, do ano de 2001 ao ano de 2003).

Por todo esse conjunto de relações com a Regional do Ouro Verde, fica salientada aqui a forte relação com a política institucional através da atividade da liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II com outras pessoas da esfera estatal ligadas ao Partido dos Trabalhadores e a um de seus representantes na Câmara de Vereadores de Campinas, no caso o vereador Ângelo Barreto (PT). Apesar da participação na arena público-deliberativa também existir nessa associação, ainda é sua característica a relação que se estabelece entre os pedidos e os benefícios com a Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde.

3.5. Relações com o Legislativo de Campinas no governo petista (2000-2004)

Ainda se pode ver a utilização de noções políticas referentes às ações da Associação via representantes partidários e governo. Para outro membro da associação, essa relação direta com as instituições estatais, através de representantes do Legislativo Municipal, ainda é vista como uma forma de aproximação da política institucional. É uma tendência que se manifesta na Associação através de alguns membros e lideranças de se na política partidária e na aproximação com políticos do governo, uma forma de apoio ao grupo e suas ações, como uma estratégia de obtenção de barganha política na arena societal, como também no interior da esfera estatal:

“Você acaba fazendo os dois momentos, um articulando o outro; um ajuda o outro, né? Isto é muito importante. E, mesmo na experiência da associação de bairro, ela dá muita experiência pra trabalhar em um cargo de assessoria de um vereador. E, ao mesmo tempo, uma assessoria de vereador dá muito mais sustentação, muito mais experiência do que você trabalhar no seu próprio bairro, né? Quer dizer, você se enriquece muito mais ainda. É uma troca. É muito válido” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outro membro da associação também defende a relação com representantes do governo, o que demonstra que esta relação com a política institucional não é defendida apenas por meio do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, que é assessor do vereador Ângelo Barreto (PT):

“Tendo um representante dentro de um órgão maior, até o Tiãozinho – deputado – têm ‘passeado’ pela região. Tendo um representante na Câmara dos Vereadores ajuda, né? Dá um sentido maior. A população às vezes fica até um pouco mais segura e mais na obrigação ainda de tá ajudando, né? Ainda é pouco, se for ver o trabalho que a gente fez. Mas tá instruindo, tá ajudando a população também a saber ‘cobrar’. O próprio Ângelo. Mas, o principal é que, na região, a gente (população) é bastante participativa, próxima, né? Então ajuda bastante. Tem uma certa participação” (Relato de um membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Um outro membro da Associação também diz que existe a presença constante do representante do governo no Legislativo – Ângelo Barreto, do Partido dos Trabalhadores – na comunidade:

“(…) Só tenho conhecimento com o Ângelo Barreto aqui, né? Através do Devanir. O Devanir e o Ângelo Barreto tão sempre na comunidade, né, com a gente, né?” (Relato de outro membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A liderança da associação defende que a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II não é “partidária”, que não há uma relação direta do trabalho como assessor com o trabalho e atividades promovidas na Associação. Porém, é nítida a defesa do governo em suas falas em diversos espaços, inclusive no espaço do Conselho Local de Saúde e nas assembléias do Orçamento Participativo de Campinas.

Até mesmo nas ações da Associação há a influência direta dessa inserção institucional do presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. O projeto da Horta Comunitária também é uma ação conjunta da Associação com um projeto do vereador Ângelo Barreto (PT). É um dos motivos da divergência entre a liderança e um membro da Associação que não estabelece este tipo de relação com partidos políticos e representantes partidários no governo. Mesmo com esta forma de conflito, a ligação tão forte da liderança e de suas propostas com o trabalho do vereador em Campinas não se desfazem. A inserção da liderança e a participação política institucional de outros membros da associação, apesar de ainda iniciante, com o governo do Partido dos Trabalhadores consolidou-se de tal modo, que mesmo em discursos contrários, a desvinculação não é bem defendida:

“A associação nunca foi partidária. Hoje, ainda ela não é, apesar de eu ser partidário, né, ela não é. A gente não teve isso na associação, porque a associação não tem nada a ver, né?” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O que se observa, portanto, é um movimento transitivo, situado entre políticas mais tradicionais, ligadas à troca de benefícios com as instituições estatais, e a prática da participação em espaços públicos de deliberação de políticas públicas. Porém, essa sinalização de um movimento em transição e pendular das práticas políticas tradicionais

baseadas na troca de favores e benefícios para a participação em espaços públicos, como Conselhos Gestores e Orçamento Participativo, ainda se faz em meio a contradições, ambigüidades e dentro de uma extrema complexidade.

Por essa razão, não se pode dizer que a inserção desses representantes da Associação de moradores em espaços públicos também não possua práticas baseadas na obtenção de benefícios, particularismos, ao invés de se promover o interesse coletivo em torno das decisões sobre políticas públicas de saúde.

3.6. Natureza das relações na arena estatal

Em relação ao governo, há uma postura clara de defesa do governo do PT por alguns membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Esses representantes da Associação defendem o governo do PT (2000-2004), por ter dado maior abertura à participação popular, principalmente com a implementação do espaço do Orçamento Participativo. Entretanto, muitos desses representantes são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou trabalham com vereadores desse partido em Campinas.

Nos relatos a seguir, podem ser observadas e delineadas estratégias de defesa da promoção da participação da sociedade por seus representantes, que são assessores do vereador Ângelo Barreto (PT):

“A relação da população com o governo, com partidos políticos, tá um pouco nessa discussão mesmo de participação, de Orçamento Participativo, de tá contribuindo, tirando prioridades. Mudou. Houve uma grande mudança. Até aí as coisas eram feitas

nos bairros onde já tinham infra-estrutura, né? Para se ter uma idéia, na periferia há muitos anos não se construíam creches, escolas...” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, também assessora do vereador Ângelo Barreto, conselheira do OP/2003 (Saúde), conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, do Conselho Distrital de Saúde (Sudoeste) e do Conselho Municipal de Saúde de Campinas).

“Nesse governo eu não tenho tido queixa dele não” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, também assessor do vereador Ângelo Barreto).

Como foi visto neste capítulo, a forte relação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II com o governo inicia-se com a inserção de pessoas que trabalhavam na Associação, como o seu presidente que ainda atua como uma forte liderança de grupo na arena estatal. A partir do momento em que o vínculo entre trabalho de assessoria de vereador e atividades da instituição se fortalece, a própria continuidade das ações da instituição começa a se concentrar nessas pessoas que adquiriram um maior poder de barganha política frente aos demais membros do grupo, como o próprio presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II relata:

“As demandas são infinitas, né? Eu acho que a maior demanda é a infra-estrutura urbana. É a necessidade do povo de informação e de encaminhamento dos direitos deles, né, que são desinformados. No caso da assessoria, ela encaminha e tenta enfrentar a burocracia com os moradores” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Entretanto, o que também dá uma forte continuidade às ações e à renovação do quadro de membros da Associação é a atuação conjunta com as ações sociais da Igreja Católica, como a participação de membros nas Pastorais Sociais da Saúde, da Criança e nas Comunidades Eclesiais de Base, além de outras atividades com esta aliada que é a Igreja Católica, tema dos próximos itens deste capítulo.

3.7. Atuação na arena societal: Igreja Católica como grande aliada

Um outro ator social muito importante no amplo leque de relações da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II é a Igreja Católica. Ela atua como uma aliada nas atividades ligadas a ações sociais da Associação desde o início da trajetória desse grupo no bairro.

Há membros no interior da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que participam de atividades ligadas à Igreja Católica, com uma formação política proveniente das Comunidades Eclesiais de Base, como é o caso do presidente da Associação:

“Eu sou mais envolvido com a Igreja, né? Minha formação é da Igreja. É por isso”
(Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outros membros da associação fazem parte de Pastorais Sociais da Igreja, mas quem faz a ligação com as ações da Igreja na Associação é o presidente do grupo:

“No Pq. D. Pedro II, nós temos uma associação – a associação que é a Pastoral Social. Então, no Pq. D. Pedro, eles estão mais encarregados da Pastoral Social. Há um intercâmbio, que é o Devanir, que coordena (...) Inclusive, isso da associação, da sede, participam das comunidades que têm interesse, cursos, tem a Horta Comunitária,... Têm feito algum trabalho. De certa maneira a gente tá ligado, né?” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês, que abrange o bairro Pq. D. Pedro II).

Mas não é apenas o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que defende a atuação conjunta da Igreja com a Associação de moradores do bairro. O Padre João de Abreu, Pároco responsável pela Comunidade de Santa Inês na região do Pq. D. Pedro II, na qual ocorre a participação de membros da Associação, posiciona-se de forma favorável à relação com as Associações de bairro da região do Ouro Verde, inclusive com a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II:

“Nós tamos trabalhando em conjunto, né? Eles, por exemplo, participam das reuniões, pra discutir aquilo que é melhor pro bairro, mostrar pra Comunidade algumas normas, eleições, pra, de certa maneira, incentivar a participar quem estiver interessado, né?” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês).

As relações com a Igreja se realizam através da posição de defesa da participação da comunidade – membros das Pastorais Sociais, por exemplo, em espaços de deliberação de políticas públicas, como na luta pela questão da saúde, como uma forma de luta social por melhores políticas públicas para a população carente da região:

“Eu tô aqui há sete anos. Sempre teve representantes da Comunidade no meio. Ou elege, ou é alguém que representa na saúde... Como nós temos aquela Pastoral – a Pastoral da Saúde. É, eu tenho algumas pessoas capacitadas que a Pastoral às vezes se

transforma apenas em uma assistência ao doente, mas nós temos vários aí que se interessam. Eles se interessam pela Saúde, tanto a nível do Hospital Ouro Verde, como por toda a região do Ouro Verde. Agora nós estamos fazendo uma capacitação aí que vai tá fazendo um curso. Agora nós estamos trabalhando com a PUC, e preparando para que as associações, ou para quem possa assumir, pra tá dando uma assistência nos hospitais. Então, são pessoas preparadas. Daqui, deve ter umas quarenta” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês, que abrange o bairro Pq. D. Pedro II).

A relação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II com a Igreja apresenta-se como uma ligação proveniente do período de surgimento da Associação no início dos anos 80, que faz parte do contexto de constituição do associativismo da década de 80 junto às ações da Igreja Católica, voltadas à prática política de atores como as Associações de bairro que começaram com uma história de ações direcionadas à melhoria da infra-estrutura urbana local.

De atividades mais voltadas à reivindicação de infra-estrutura urbana, mas também com ações sociais de tipo beneficente, hoje as atividades da Associação com a Igreja dirigem-se mais a esta última forma de ações sociais mais ligadas à comunidade, originadas de programas de Pastorais Sociais da Saúde e da Criança. A seguir serão vistas as principais atividades da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, no decorrer do ano de 2004, realizadas junto à Igreja Católica.

3.8. Formas de organização: atividades e parcerias com a Igreja

Entre as atividades que mais se destacam durante a pesquisa de campo, nas ações dos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II junto à Igreja Católica, estão a

participação de membros nas Pastorais Sociais da Saúde, da Criança, em iniciativas como o combate à desnutrição infantil, o acompanhamento de gestantes durante a gestação (principalmente de adolescentes carentes), segundo comentou de modo informal o presidente da associação do Pq. D. Pedro II. Além dessas atividades, há também a inserção no trabalho das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja Católica.

Há por volta de cinco membros que atuam mais nessa relação com a Igreja. Suas ações na Igreja em grande parte voltam-se para ações que envolvam a comunidade como um todo (bairros da região, escolas, creches, conselho local de saúde)²¹. Há atividades beneficentes, mas ainda há também atividades de conscientização política da comunidade, da qual participa o presidente da Associação do Pq. D. Pedro II:

“Em todo momento que compete responder pela associação e pelas regiões, pra trazer benefícios à população, eu participo a todo momento, inclusive da Igreja, da Pastoral Social, né, da qual eu faço parte também.”

“A Pastoral Social que a gente faz aqui é que trabalha mais na parte política, né, na parte social e política (...) Todo tipo de atividades sociais e políticas na região, no bairro, são discutidas pela associação, né? O desarmamento foi a partir da associação com as lideranças” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

As atividades nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são consideradas importantes por seu papel de continuidade da relação da Igreja Católica com os grupos de bairro, associações de moradores, etc, e também para a própria renovação da relação da Igreja com sua comunidade, ao se manter atualizada em relação às necessidades da população e pelo debate político que promove junto à comunidade:

²¹ Relato do Pároco da Comunidade de Santa Inês, que abrange o bairro Pq. D. Pedro II e é muito voltada a atividades sociais, com membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II bem atuantes, inclusive nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base): *“Sim, trazem propostas, pedem opiniões do que a gente acha das associações de bairro, de escola, por exemplo, da creche, ou mesmo a questão do Ouro Verde. Então, vem questão desde asfalto, até tudo que tá ligado à nossa Comunidade, alguma coisa que precisa...”*

“(...) A gente tem debatido sobre a posição, a maneira de dar uma resposta como Comunidade Eclesial. As coisas vão aparecendo na sociedade, né?(...) A Comunidade se beneficia porque tem o Conselho da Pastoral Paroquial, que reúne as comunidades. Então, todos esses eventos, esses questionamentos, a gente tem a possibilidade de tá mandando e recebendo. Então, todos os encontros das CEB’s têm mandado gente representando a paróquia, que tem o aval do Conselho da Pastoral Paroquial. Então, nós temos acompanhado, temos desenvolvido um encontro como uma Comunidade de Base. A estrutura dela é como uma Comunidade de Base” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês, que abrange o bairro Pq. D. Pedro II).

O presidente da Associação do Pq. D. Pedro II defende esse posicionamento, tanto que faz parte das CEB’s:

“Sou membro da CEB. A gente faz mais um trabalho político e social, né, dentro da Igreja, que é uma das áreas minhas. Sou catequista, né, então, na catequese de adultos, a gente acostuma a fazer dentro da Igreja (...)” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O conjunto de atividades realizado pelos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II junto à Igreja Católica não possui muitos parceiros. O parceiro de ações da Igreja e da associação é o Centro de Saúde DIC I, através dos conselheiros usuários e do gestor do Conselho Local de Saúde DIC I.²²

Há também a participação do grupo dos Vicentinos, pertencente ao âmbito da própria Igreja Católica, de representantes de Conselhos Gestores, entre eles lideranças e membros da Associação do Pq. D. Pedro II:

²² Informação obtida durante o acompanhamento das reuniões do Conselho Local de Saúde DIC I no decorrer do ano de 2004.

“Não tem. Têm os Vicentinos, né, que fazem um trabalho junto. A Pastoral da Criança também é fundamental no nosso trabalho” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Em qualquer das atividades promovidas entre a Associação e a Igreja Católica não há nenhuma relação com ONG's (Organizações Não Governamentais):

“Nós não temos trabalho com ONG's” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês, que abrange o bairro Pq. D. Pedro II).

Há outras formas de atuação também presentes na Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que são as articulações com debates e ações de outros movimentos sociais como, por exemplo, o movimento negro, embora esse trabalho com outros movimentos e também com as ações da Igreja Católica (Pastorais Sociais, como a Pastoral da Saúde e Pastoral da Criança) seja proveniente do trabalho com o vereador, e não parte, portanto, de uma ação advinda apenas da Associação.

“Como o Devanir está mais ligado a isso. Nós ficamos sabendo de forma geral. Um dos vereadores que trabalha mais nessa área é o Ângelo Barreto. Quando tem reunião, as pessoas participam, dão palpite, pra saber o quanto vai gastar, como trabalha a Câmara Municipal” (Relato do Pároco da Comunidade Santa Inês que abrange o bairro Pq. D. Pedro II).

Esta relação de atividades junto à Igreja Católica na arena societal, simultânea às atividades referentes à política institucional tradicional, é bem própria da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, caso específico analisado na cidade de Campinas. Em geral, o associativismo também está envolvido com a Igreja e com as Comunidades Eclesiais de

Base²³. Isso significa que ainda é válida para o associativismo a relação política entre associação de bairro, Igreja Católica e atividades políticas ligadas a representantes de partidos políticos no governo.

²³ DOIMO, 1984; DOIMO, 1995.

Capítulo 4

Análise da Atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II na arena público-deliberativa (2000 a 2004)

4.1.A inserção na arena público-deliberativa

Este capítulo resgata a relação da associação, seus membros, ações e propostas ao longo de sua trajetória com a forma de prática política e sua participação dentro dos espaços públicos - Conselho Local de Saúde DIC I, Orçamento Participativo (Saúde) e outros conselhos.

Em todo o trabalho foram visíveis as dificuldades de desenvolvimento das ações da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em seu próprio espaço, na renovação do quadro de membros e lideranças, nas tentativas de articulação entre os membros que participam de outros espaços como o OP em outras temáticas, e mesmo entre os próprios representantes do OP na saúde e conselheiros do Conselho Local de Saúde DIC I. Porém, também se viu uma atuação ainda presente junto à Igreja Católica através das Pastorais Sociais (Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança), CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), que se articulam ao debate promovido nos espaços da Associação, do Conselho do DIC I, além das atuações junto a representantes de partidos no governo e relações ainda existentes entre a liderança da Associação e as instituições estatais como a Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde.

Contudo, observa-se um processo de inserção cada vez mais intenso nos espaços públicos em meio ao debate sobre políticas públicas, principalmente de saúde. Mas também foi visto que mesmo nos espaços públicos deliberativos, ainda há muitos desafios de aprendizado em relação ao compartilhamento do poder de decisão, de saber qual é o papel da participação popular nesses espaços, tanto para os representantes da sociedade civil, no caso os membros representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, e por parte do Governo, como os coordenadores do Orçamento Participativo e a Secretaria Municipal de Saúde, que também estão inseridos no processo de desenvolvimento da participação da sociedade civil nos espaços de gestão de políticas públicas.

Esses representantes do governo apresentaram também muitos desafios na falta de articulação de discussão sobre as políticas e decisões tomadas nos conselhos de saúde. Essas decisões foram tomadas com a iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, sem muita participação de conselheiros e gestores. Aqui há a referência à ampliação e reforma do Centro de Saúde DIC I – uma demanda do Orçamento Participativo no ano de 2003 –, para a qual foi entregue uma planta da reforma ao Conselho Local de Saúde DIC I aprovada anteriormente pela própria Secretaria, sem a opinião dos conselheiros antes da aprovação da planta²⁴.

O que sempre é muito discutido na relação entre sociedade civil e espaços públicos é justamente o modo de inserção desses representantes, no caso dos membros e da liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, na arena público-deliberativa. Na atuação entre Estado e sociedade, dentro dos objetivos dos espaços deliberativos que constituem a partilha do poder, tal partilha pode vir a não ocorrer, com a dominação desses espaços pelo

²⁴ Este caso será relatado no próximo item deste capítulo com mais detalhes.

discurso do Estado, podendo haver todo um desenvolvimento dos limites e possibilidades deste cenário.

No interior desses espaços pode haver uma reprodução de práticas políticas tradicionais, voltadas para as trocas clientelistas, e não a realização de um debate público, característica esta que tanto fez da criação dos espaços de gestão de políticas públicas um marco da Constituição de 88 na sociedade brasileira. A dinâmica atual desses espaços deliberativos, no contexto dos Conselhos Gestores de políticas públicas, enfrenta críticas quanto à eficácia e existência de um compartilhamento de poder de decisão propostas na origem desses espaços, bem analisada por Tatagiba (2003):

“Nesse sentido, podemos perceber que a proposta governamental de participação reticular nos moldes gerenciais encontraria duas fontes de pressão distintas. De um lado, os atores do campo movimentalista tensionam os limites do Projeto, quando buscam re-entronizar a política e por meio dela discutir as escolhas governamentais que estão subjacentes às mudanças em curso. De outro lado, entidades e atores da área da infância, acostumados à invisibilidade pública e a ausência de mecanismos de controle social, quando convocados à participação e à articulação, trazem uma expectativa de manutenção da lógica clientelista e privatista que acaba também pressionando os fundamentos do Projeto. A proposta governamental de reestruturação da área da infância, por meio da articulação e integração das ações sofre, portanto, um duplo questionamento. Simplificando muito poderíamos dizer que de um lado a pressão é no sentido de ampliar os impactos democratizantes do Projeto; enquanto, de outro lado, a intenção é de restringi-los.”²⁵

Portanto, nas estratégias de atuação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II foram vistos avanços e desafios em âmbito mais local, como na relação com o Conselho Local de Saúde DIC I, mas ela enfrentou dificuldades também na participação em uma

²⁵ TATAGIBA, 2003: 107.

esfera pública mais ampla, assim como os representantes do governo também enfrentaram no programa do Orçamento Participativo, bem como na relação com as ações de outros conselhos de saúde. A inserção também de membros e lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em ambos os espaços – OP e Conselho Local de Saúde DIC I – também não foi suficiente para a promoção da articulação do debate entre esses espaços públicos.

A forma de propor demandas dos representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II nesses espaços encontra os desafios já traçados por vários estudos²⁶ sobre a forma de participação de representantes da sociedade civil e do governo em espaços públicos, como nos Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo.

Para o aprofundamento do debate sobre as relações e ações entre a dinâmica própria da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e a dinâmica participativa promovida nos espaços dos Conselhos de Saúde e do Orçamento Participativo (Saúde), é necessário conhecer como são a estrutura, os atores, as ações e resultados que permeiam esses dois espaços: o Conselho Local de Saúde DIC I e o OP (Saúde).

4.2. Participação e demandas no Conselho Local de Saúde DIC I

O Conselho Local de Saúde do Centro de Saúde DIC I (CLS DIC I), por abranger o atendimento ao bairro Pq. D. Pedro II, além de outros bairros próximos, está ligado à Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II pelos membros e lideranças desta Associação que também são conselheiros usuários do CLS DIC I. O Conselho Local de Saúde do DIC I foi

criado a partir da Lei n.6.547 de 02 de julho de 1991, de acordo com o Artigo 211 da Lei Orgânica de Saúde do Município de Campinas. O objetivo deste Conselho é o estabelecimento, controle e avaliação da política de saúde na área de abrangência da Unidade de Saúde DIC I, seguindo as diretrizes da Política Municipal de Saúde.²⁷

Os atores envolvidos nos debates promovidos nas reuniões do Conselho do DIC I já pertenceram a movimentos de bairro, ao movimento popular da saúde, a Pastorais Sociais da Igreja Católica (Saúde, Criança), CEB's e a outros conselhos de saúde (Distrital e Municipal), e até mesmo do Orçamento Participativo, na temática da saúde ou em outras temáticas e nas Assembléias Regionais do OP. Existem quatro representantes usuários e quatro representantes dos trabalhadores do Centro de Saúde DIC I, sendo dois destes representantes da administração, como está previsto no artigo 5º da lei de criação dos Conselhos Locais de Saúde.

O surgimento do Conselho Local de Saúde DIC I enquadra-se em um contexto de emergência de espaços públicos na sociedade brasileira, como o objetivo de tornar as

²⁶ Cf. DAGNINO, 2002; Revista Idéias n.5/6, 1998-1999; TATAGIBA, 2003.

²⁷ Lei n.6547 de 02/07/91, que cria os Conselhos Locais de Saúde, de acordo com o Artigo 211, Parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Campinas. Aqui estão os principais artigos que fazem parte dessa lei de criação dos Conselhos Locais em Campinas:

Artigo 2º - Aos Conselhos Locais de Saúde compete o acompanhamento, avaliação, indicação de prioridades para as ações de Saúde a serem executadas pela unidade.

Artigo 3º - O CLS tem como objetivo básico o estabelecimento, controle e avaliação da política de saúde na área de abrangência da Unidade de Saúde, seguindo as diretrizes da Política Municipal de Saúde.

Artigo 5º - O CLS terá composição tripartite com representação da Administração dos trabalhadores da Saúde e da Comunidade na proporção de 1: 1: 2, respectivamente.

Artigo 6º - Os membros representantes (titulares e suplentes) dos usuários e trabalhadores da saúde vinculados à unidade serão indicados pelos respectivos pares através do processo de escolha que garante a participação ampla e democrática de todos os moradores atingidos pela respectiva unidade.

Artigo 8º - Atribuições do CLS:

1 – Acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido pela unidade no seu todo, para cada conjunto ou atividades da pesquisa com base e parâmetros de qualidade, cobertura e cumprimento das metas estabelecidas, tendo em vista o atendimento das prioridades e necessidades da população.

2 – Desenvolver a proposta de ação que venha em auxílio da implantação e consolidação da Política Municipal de Saúde.

Artigo 9º - O CLS poderá, quando entender oportuno, convidar para participar de suas reuniões e atividades qualquer pessoa, desde que envolvida nos assuntos que estiverem sendo tratados.

políticas na área de saúde, assim como também em outras questões como Assistência Social, etc., mais coletivas, com a decisão compartilhada junto à sociedade²⁸. Aqui seguem relatos sobre a história do surgimento do Centro de Saúde DIC I e, posteriormente, do Conselho Local de Saúde DIC I:

“O Centro começou lá perto do Bosque, onde era uma casinha da COHAB. Quando a COHAB constrói casa, eles sempre têm um prediozinho onde eles ficam, né, pra atendimento à população. Era lá no Bosque. Hoje é uma Casa da Cultura, lá. Era muito pequenininho, né, o espaço. Isto porque a região era muito pequena, né? Era mais o atendimento pro DIC I. Agora, com o tempo, a demanda foi crescendo. Aí, teve este espaço pra cá, pra construção. Já houve uma ampliação. Tá pra sair uma outra ampliação com o OP. Algumas partes internas vão ser modificadas pra melhorar o atendimento. E, quando veio pra cá, aí sim começou a discussão do Conselho Local de Saúde” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

“O Conselho passa a funcionar em 90, com a contribuição da unidade na relação com a Constituição de 88, o pressuposto do SUS e com a política de ‘controle social’.

A Unidade se concentrava localizada no Bosque – quatro anos anteriores a 86 – com a casa cedida pela COHAB, com uma pequena equipe médica de voluntários, com pouca atividade de enfermagem. Atividade do médico – mais voluntários, sem equipe planejada. É o início da descentralização do sistema.

Em 90, foi inaugurada a atividade na nova unidade DIC I, com uma equipe profissional – a maioria era auxiliares de saúde, que são constituídas em auxiliares de enfermagem pela Prefeitura com treinamento de serviços – equipe não totalmente dimensionada para a abrangência do DIC I. A unidade pegava mais de 30 mil habitantes, com uma abrangência muito maior. Em 1996, é inaugurado o Centro São Cristóvão, com mais ou menos 15 mil habitantes. Já o DIC I ficou com uma abrangência maior devido à urbanização e aumento da população – ocupação

Paço Municipal, 02 de Julho de 1991. Jacó Bittar. Prefeito Municipal.

²⁸ Cf. TATAGIBA, 2002: 48; 50-55.

desordenada -, crescimento muito rápido da região abrangida pelo Centro de Saúde DIC I” (Relato do administrador do Centro de Saúde DIC I e Gestor do Conselho Local de Saúde do DIC I).

No processo de eleição dos candidatos a conselheiros usuários do Conselho Local de Saúde DIC I, faz-se uma eleição no bairro a fim de convocar lideranças e demais moradores interessados em participar das decisões sobre políticas de saúde nesse conselho:

“Cada conselheiro tem um mandato de dois anos. Esse ano vai ter eleição. Em novembro vence esse meu mandato e de outros companheiros que são conselheiros. Em novembro vai fazer dois anos que nós estamos no Conselho.

As nossas reuniões acontecem na segunda sexta-feira do mês às quinze horas. Mas a gente tá revendo esta data, porque tá tendo muita dificuldade em o pessoal participar. É uma reunião aberta, que a gente convida a população pra ta participando, mas dificilmente vem. Em algumas outras unidades têm mais participação, né?” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

Entre os conselheiros que são da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II há o presidente, mais duas integrantes da Associação. São conselheiros usuários titulares e suplentes no Conselho Local de Saúde DIC I. É difícil ocorrer a renovação do quadro de conselheiros – representantes dos usuários – no Conselho Local de Saúde DIC I, mesmo com a alta carência de atendimento adequado à imensa quantidade de pessoas, em grande parte de baixa renda, atendidas pelo Centro de Saúde DIC I.:

“Alguns fazem parte da associação, outros fazem parte da Igreja, da Pastoral, trabalhando com a Pastoral da Saúde. Outras pessoas também participam de outros movimentos que não são da Saúde. São ligados a outras coisas também”(Conselheira usuária do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do OP/Saúde 2003, ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Já os trabalhadores da saúde possuem mais dificuldades em participarem das eleições para conselheiros, devido à recusa de muitos deles em participar do conselho do DIC I e compartilhar decisões sobre “seu trabalho” com os usuários, que supostamente não entendem como deve ser o funcionamento do Centro de Saúde DIC I. Tanto há essa forte recusa de participação no processo eleitoral para o CLS DIC I que as eleições dos trabalhadores não se realizam por votos, algumas vezes, e sim por aclamação, segundo o gestor do Conselho Local de Saúde DIC I. Essa é uma situação bem clara da falta de posição de diálogo de uma parte razoável de funcionários do Centro de Saúde DIC I.

No início do ano de 2005, enquanto ainda havia uma observação por parte desta pesquisa sobre a dinâmica do CLS DIC I, houve uma eleição para os conselheiros usuários, que resultou na continuidade do mandato de alguns conselheiros usuários titulares – a liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e a conselheira do OP/Saúde de 2003 – e de outros conselheiros usuários, mas foi constituída separadamente da escolha dos funcionários da saúde.

Dentre os novos membros do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheiros usuários, estava uma representante da Pastoral da Saúde da região. Embora não fosse integrante da Associação do Pq. D. Pedro II, esse caso confirma a tendência dentro desse conselho de abrir o diálogo com outros atores com direito a opiniões e propostas, tornando o conselho um espaço mais público. Mesmo no ano de 2004, havia uma participação de

representantes de Pastorais e de grupo de mulheres que não necessariamente pertenciam à Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no quadro de membros do Conselho Local de Saúde DIC I.

“A Pastoral da Saúde são um grupo de pessoas ligadas à Igreja – Igreja Católica. Eles têm toda a permissão pra isso. É a nível de Diocese. Em todas as comunidades têm senhoras, senhores que visitam os doentes, as casas. Têm muitas pessoas que acompanham mesmo o atendimento médico, as consultas, chamam a ambulância. Eles são mais uns aliados do Centro de Saúde. Na maioria do movimento, eles trabalham em sintonia com o Centro de Saúde” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

Também havia no conjunto de participantes deste conselho, entre conselheiros usuários e apenas participantes dos encontros do Conselho do DIC I, representantes de outras associações de bairro. No entanto, a Associação de bairro do Pq. D. Pedro II teve sua participação evidenciada pelo presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, com suas propostas e liberdade de opinião dentro do espaço do Conselho Local de Saúde DIC I.

As discussões, em geral, se direcionavam à implantação de políticas do governo federal de saúde. Também havia muita discussão em torno de polêmicas reclamações de usuários, inclusive dos conselheiros usuários em relação ao precário atendimento no Centro de Saúde. Porém, para além da confusão entre papel de usuário e de conselheiro, e das propostas para melhorar o serviço e atendimento na unidade de saúde do DIC I, havia muita proposição e debate sobre como ampliar a participação no conselho e sobre como

aprofundar essa participação tanto em relação aos conselheiros usuários quanto em relação aos conselheiros funcionários do Centro de Saúde.

A relação da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro com esse espaço público apresentou-se de forma já consolidada, através de diversas ações e lutas em parceria com os demais representantes do Conselho Local de Saúde DIC I e outras lideranças e associações de bairros pertencentes à região abrangida pelo Centro de Saúde DIC I. Durante toda a pesquisa de campo, nas reuniões desse conselho de saúde, foi bem discutida a possibilidade de ampliar a relação com a população do bairro e com os representantes de Associações de bairro, inclusive com a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

O gestor e os demais representantes usuários do CLS DIC I propuseram expandir as relações e ações do conselho local com outros movimentos, escolas, Igreja Católica, lideranças de bairro, que possam dar maior visibilidade pública, mesmo em âmbito local, às ações e discussões desse conselho.

O próprio presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II sempre propôs no conselho local a necessidade de programas de incentivo à participação de escolas, ONG's (Organizações Não-Governamentais), bem como a articulação com Secretarias como a Secretaria de Assistência Social, a ampliação da participação da Igreja através de representantes das Pastorais Sociais, principalmente da Pastoral da Saúde, com o intuito de promover um trabalho conjunto do Conselho Local de Saúde DIC I com toda a comunidade abrangida por ele.

Os temas e ações propostas pelos conselheiros usuários, inclusive pelo presidente da associação do Pq. D. Pedro II, eram a maior participação no programa do Orçamento Participativo de Campinas, como uma forma de obter mais recursos para o Centro de Saúde do DIC I.

As propostas mais localizadas, direcionadas a questões dos bairros abrangidos pelo Conselho do DIC I, inclusive pelo bairro Pq. D. Pedro II, provinham de debates sobre a relação entre ações ligadas ao meio-ambiente, habitação e saúde. A mesma ligação com outros temas proposta nas ações da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II era também tema central da fala do gestor do Conselho Local de Saúde DIC I. Essa era uma das razões da participação da liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II na defesa da participação nesse espaço. Era mais uma forma de dar continuidade aos projetos e ações da sua Associação e vê-las ligadas a propostas e ações mais amplas, constituídas no Conselho Local do DIC I.

Nos encontros dos conselheiros do CLS DIC I sempre foi proposto um maior destaque público para o que era discutido, no sentido de não ocorrer a defesa de interesses particulares, mas sim coletivos, advindos da sociedade, no espaço do Conselho, assim como uma maior divulgação do que é discutido e efetivado pelos conselheiros usuários e funcionários.

No Conselho Local de Saúde DIC I, existe uma estreita relação de abertura de diálogo, propostas entre o gestor do conselho e os conselheiros usuários. No entanto, existe um intenso conflito de posições quanto aos objetivos e à função do conselho do DIC I, como foi visto no momento das eleições, com os demais trabalhadores da saúde do Centro de Saúde DIC I.

Trata-se, portanto, de um conflito característico do debate promovido nos espaços públicos como os Conselhos Gestores entre trabalhadores, mais entrosados com as políticas de saúde, e conselheiros usuários, que são considerados meramente usuários do Centro de Saúde e não atores que podem intervir nas ações e políticas adotadas no Centro de Saúde DIC I. Mesmo sendo um conselho mais próximo do bairro, com trabalhadores que possuem

relação direta com a população (membros da Associação do Pq. D. Pedro II) e com os demais conselheiros usuários, existe uma forte oposição entre trabalhadores e usuários:

“Há pouco interesse dos trabalhadores de participar do Conselho. Não há um reconhecimento do Conselho Local de Saúde como um espaço para discussão e debate pelos trabalhadores.

“Não há muita vontade de participar. Talvez seja isso, né, o reconhecimento do conflito e debate. O trabalhador da saúde, acho que, muitas vezes, não tem conhecimento do funcionamento do Conselho Local de Saúde, do próprio SUS. Pensa-se mais no problema dele, e não na população. A pouca participação tem relação com o conhecimento do papel dele no sistema. Quando o interesse é ameaçado, é que ele procura o Conselho. Parece pouco preocupado com os usuários, com a população.

O usuário também tem suas dificuldades de conhecimento do papel dele. Alguns vêm como um jeito de se aproximar da gestão e dos trabalhadores para facilitar o agendamento da consulta. Outros usam o espaço do Conselho para fazer política partidária. Outros não entendem o papel do Conselho. Essa dificuldade última de entender seu papel, de relacionar com o gestor e trabalhadores, com uma postura pouco combativa, se explica pelo próprio pouco fortalecimento do Conselho, com poucos questionamentos sobre o funcionamento do Centro de Saúde, da política nacional de saúde, do modelo de política para a saúde.

“O trabalhador entende a política de saúde, mas não a relaciona com o modelo mais amplo de política de saúde. O usuário pouco entende o seu papel de intervenção no funcionamento da política de saúde, do trabalhador de saúde” (Relato do representante da administração do Centro de Saúde DIC I e gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

A posição dos usuários também é de um relacionamento que ora se coloca em defesa dos trabalhadores, dentro da relação que possuem com o funcionamento do Centro de Saúde DIC I, ora se direciona a uma opinião bem crítica à relação com trabalhadores

referente ao papel deles em relação ao Conselho Local de Saúde DIC I, colocado como não reconhecido pelos conselheiros funcionários do Centro de Saúde DIC I:

“As pessoas que tomaram a frente foram os usuários. Os usuários questionaram a gente no atendimento, com relação aos trabalhadores, no Projeto Paidéia. Mesmo com relação a algumas questões externas do Centro de Saúde, o Conselho ajuda em alguma coisa: dá idéia, dá proposta. Os coordenadores, os trabalhadores, a maioria deles acatam as idéias do Conselho; eles colocam em prática as discussões. No Centro de Saúde, a gente tem a caixinha de sugestões, né? Então, eles acatam as sugestões – os usuários. Na maioria das vezes, o Conselho discute e vê o que pode fazer pra melhorar o atendimento.

“A dificuldade é fazer as pessoas entenderem. O próprio usuário entender, participar do Conselho, ser conselheiro. Então fica difícil, porque são muitos os problemas e, por isso, muitas pessoas que precisam participar e não aproveitam. Mas, independente de ser titular ou suplente, o compromisso e a responsabilidade são os mesmos. Não tem o titular que ter mais responsabilidade e o suplente não. É tudo igual. As pessoas me cobram. Chegam a ligar em casa. Eles não brigam não, mas sempre tão me cobrando, me comunicando das dificuldades com os trabalhadores, né? Então, o coordenador conversa com o trabalhador. Têm uns que são assim, mas fechados com o pessoal do Paidéia, com os agente de Saúde, com os trabalhadores E também não dá pra ser conselheiro e deixar de ser usuário. Eu tenho os mesmos direitos. Não posso ter prioridade. Eu sou conselheiro, a prioridade é minha: Não!” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

“(...) É legal, porque é a participação de todo mundo mesmo: do usuário, da unidade que participa, contribui. É difícil, porque é sempre um ou outro que tá participando. Nós somos uns oito conselheiros – quatro titulares e quatro suplentes – e os suplentes não têm participado das reuniões. Alguns porque começaram a trabalhar e outro porque não têm interesse mesmo. É difícil. É um trabalho gratificante pra quem leva a sério mesmo. Mas que é difícil é” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos

Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

Os problemas destacados como conflitos entre os próprios conselheiros usuários e os trabalhadores do Centro de Saúde DIC I, bem como a pouca presença de conselheiros em algumas reuniões ao longo de 2004, não impediram que houvesse a proposição e a ação do Conselho em meio a debates durante as reuniões e até um processo de avaliação dos avanços e desafios no desenvolvimento das ações do Conselho Local de Saúde DIC I²⁹.

Vários conselheiros (funcionários e usuários) do CLS DIC I também fizeram algumas reuniões críticas quanto à falta de recursos, à “dotação orçamentária” do Conselho Local de Saúde DIC I para não só incentivar mais a participação no interior do conselho, como também obter mais resultados na melhoria das ações propostas pelo conselho:

“A participação do Conselho com outras partes está ocorrendo com o planejamento da unidade, com um maior diálogo entre conselheiros usuários e coordenadores de equipe. Conselho coordenado com Pastoral, com a Igreja... Mas está sendo de forma tímida ainda. Mas falta mais ferramenta sobre essa coisa de ‘controle social’. Falta compactuar mais metas com a equipe, com os conselheiros usuários para implementar um ‘controle social’. Outra coisa que ajudaria, seria fazer os Distritos e Unidades de Saúde terem dotação orçamentária. Talvez essa pouca participação do Conselho, ela se dê devido à baixa autonomia dos recursos. A maioria dos recursos são dados. Não adianta o conselho fazer uma reunião sem autonomia sobre os recursos, que estarão ou não disponíveis. Existe uma outra improbabilidade. Isso talvez seja uma das coisas que desestimula a participação, se houvesse uma autonomia efetiva sobre os recursos para as políticas necessárias.

“O Conselho Local de Saúde que nos levou a refletir sobre esse papel orçamentário. Mas isso significa que interferia no próximo trabalho, que não dê para ser propositivo.

²⁹ Reunião do Conselho Local de Saúde DIC I (10/12/2004).

“A população não elenca o conselho como fórum de debates para os problemas. Se a coordenação não tem a sensibilidade de no ‘atacado’..., dificilmente o usuário terá essa preocupação de levar problemas para o conselho”(Relato do representante da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

“O ‘controle social’ tem muita dificuldade pra ocorrer. A gente pedia assistência jurídica para o Conselho Municipal. Isso foi em 91.

“O Conselho Municipal tem mais facilidade de reunir o Executivo. Já, pra baixo do Conselho Municipal, o Conselho Distrital e, principalmente, no Conselho Local de Saúde, já é mais difícil as pessoas se reunirem”(Relato do representante da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

É dessa forma que age o Conselho Local de Saúde DIC I. Há uma relação mais próxima com o bairro, com as Associações de bairro como a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, com a proposição e ações realizadas pelo conselho, em meio a conflitos entre conselheiros em relação ao funcionamento e objetivos do Conselho do DIC I.

Mesmo com uma lei que garante a existência desses conselhos locais no município de Campinas em todas as unidades de saúde, eles ainda não possuem o aval participativo e o mesmo processo e dinâmica de outras esferas como o Conselho Municipal de Saúde. Embora o processo participativo do Conselho Local de Saúde possua todos esses limites e desafios a serem enfrentados, os próprios membros do Conselho, inclusive aqueles que também são representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, reconhecem os pequenos avanços e o poder propositivo desse conselho, ainda que muitas dessas propostas fiquem restritas ao âmbito do bairro e região do DIC I, e não sejam debatidas e consolidadas em uma esfera pública mais ampla como no Conselho Municipal de Saúde.

É necessário atentar para a ampla temática que existe e é discutida pelos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no espaço próprio da Associação, e que

também é transferida para o espaço do Conselho Local de Saúde DIC I. O objetivo é aliar as várias políticas públicas que, inclusive, interferem na própria construção de uma política de saúde mais “pública”, eficiente e preventiva, ao ser aliada da discussão sobre o meio-ambiente ou a habitação, como foi colocado no espaço de propostas do CLS DIC I. Os conselheiros, principalmente os conselheiros usuários e o gestor do conselho promovem tentativas de ligação entre temas como as condições preventivas de saúde, do meio-ambiente, com as atividades esportivas para os pacientes e moradores da região através de ações das Associações de moradores e suas lideranças nos bairros abrangidos pelo Centro de Saúde DIC I.

Pode-se ver a seguir quais são e como são discutidas algumas das propostas que buscam aliar as ações e políticas provenientes da população, das lideranças e da Associação de moradores:

“Há projetos de discussão com escolas para encaminhamento de psicólogos, psiquiatras,... Nesses últimos anos, o Conselho se tornou mais ativo. Como se diz: ‘sai mais para o jogo’; ‘não fica esperando a bola no pé’.

“Os fatores que determinam as condições dos moradores (sociais, de habitação) não estão aqui no Centro de Saúde” (Relato do representante da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

A extensão de outros temas à política de saúde também se deve aos muitos problemas com a própria região e aos bairros abrangidos pelo Centro de Saúde DIC I, representado pelo Conselho de Saúde do DIC I. O fato de haver graves problemas de urbanização no bairro e na região, além das condições sócio-econômicas que estão ao redor do Centro de Saúde, também faz com que haja essa expansão do debate da saúde a outros temas e

propostas. É o que comenta também uma conselheira usuária do CLS DIC I ao falar das condições de moradia e situação social da população do DIC I:

“É assim. Tem o bairro DIC I e tem as ocupações. Não sei exatamente, mas me parece, pra dizer pra você, que é mais de vinte mil usuários na abrangência do Centro de Saúde. Têm as ocupações, têm as áreas de risco que têm esgoto a céu aberto. Então, têm algumas áreas onde têm algumas crianças desnutridas. No próprio Centro de Saúde eles fazem esse atendimento. São bairros vizinhos, né, porque o Centro de Saúde não é só do DIC I, mas é composto de vários bairros” (Relato de uma ex-integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira do OP/ Saúde – 2003, atual conselheira do Conselho Local de Saúde DIC I, conselheira do Conselho Distrital (Sudoeste) de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde).

Há uma luta constante na busca pelo oferecimento de melhores alternativas de saúde. Os desafios são muitos, como pôde ser observado pelas reuniões e relatos. O restrito orçamento destinado às políticas de saúde, as dificuldades de atendimento aos usuários devido à falta de recursos humanos, de espaço e material no Centro de Saúde DIC I, resultado das restrições feitas às políticas sociais pelo neoliberalismo instalado no Estado, são elementos que se agregam nas discussões e propostas do Conselho Local de Saúde DIC I. Essa é uma das razões da inserção dos conselheiros usuários, principalmente dos representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no espaço do Orçamento Participativo. O objetivo desses representantes é a busca de mais recursos para o bairro e para a região na área de saúde, de forma a poder contribuir para o desenvolvimento das propostas e atividades que surgem no espaço do Conselho de Saúde do DIC I.

Esses representantes percebem que não é suficiente a luta apenas no âmbito do bairro, do conselho local de saúde. Para eles, é necessário participar de uma esfera mais

ampla de discussão na obtenção das políticas de saúde, para lutar por demandas locais, como também de toda a cidade. Por essa razão, há a participação em outros Conselhos Gestores assim como no programa do Orçamento Participativo de Campinas. Essa é uma forma de se consolidar um processo de luta política mais efetiva e criar um espaço para um maior poder de barganha política frente à Prefeitura Municipal de Campinas.

4.3.A participação em outros conselhos gestores

Os conselheiros da saúde provenientes da associação do bairro Pq. D. Pedro II agem também em uma outra esfera pública, dentro também da temática da saúde como nos espaços do Conselho Distrital de Saúde (Distrito Sudoeste) e do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

O Conselho Distrital de Saúde é proveniente de demandas do município. O Conselho Municipal de Saúde de Campinas é amparado pela lei consolidada após a Constituição de 88.³⁰ Já o Conselho Distrital de Saúde, onde se insere o Conselho do Distrito Sudoeste que abrange o DIC I e o Pq. D. Pedro II, está amparado pela Lei n.11.465 de 10 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a criação de Conselhos Distritais de Saúde de Campinas. Faz parte, segundo relatos de conselheiros do CLS DIC I, de reivindicações e lutas dos outros Conselhos Gestores de saúde de Campinas – Conselhos Locais de Saúde e Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

³⁰ Conselhos Municipais de Saúde amparados pela Lei no. 9625, de 07 de Janeiro de 1998. Altera a lei no. 6369, de 27 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a composição, organização e competência do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campinas.

Os representantes dos usuários do CLS DIC I que também ampliam suas práticas políticas a esses outros conselhos de saúde fazem-no com o intuito de efetivar de forma mais ampla um maior conhecimento e uma opinião sobre os espaços onde se discutem políticas públicas de saúde. Todos os conselheiros usuários do Conselho Local de Saúde DIC I comentaram nas reuniões que já haviam participado desses outros conselhos de saúde, em geral como participantes, mas também como representantes (conselheiros) dos usuários. O presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, assim como as outras duas conselheiras usuárias que estão ligadas à Associação do Pq. D. Pedro II disseram ter sido representantes nos Conselhos Municipal e Distrital de Saúde. Não houve confirmação de participação por parte de outros membros da Associação em outros conselhos gestores, tanto na saúde quanto em outros conselhos gestores de políticas públicas.

“Já participei de projetos da Saúde, mesmo de Conselhos, mas agora eu tô parada” (Relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e conselheira usuária – suplente – do Conselho Local de Saúde DIC I).

A conselheira Antônia Bersi, que também fez parte tanto da Associação quanto do COP (Conselho do Orçamento Participativo) na temática da saúde em 2003, relatou que está mais ativa na participação em Conselhos Gestores, em particular na área da saúde, porque afirma não ter tempo para a participação em mais espaços e em outras temáticas, apesar de ser conselheira no conselho local (Conselho Local de Saúde DIC I), no conselho distrital (Conselho Distrital de Saúde - Distrito Sudoeste) e no Conselho Municipal de Saúde de Campinas, além de ter sido conselheira titular do Orçamento Participativo na temática da Saúde no ano de 2003.

O gestor do Conselho Local de Saúde do DIC I também coloca em prática um trabalho com os demais conselhos de saúde, principalmente com o Conselho Distrital de Saúde. A finalidade é ampliar a participação popular nos conselhos, especialmente no Conselho Local de Saúde DIC I, e também de compreender melhor o papel dos conselhos para a melhoria das decisões sobre políticas de saúde em Campinas:

“Traz benefícios para o Conselho de se relacionar com outros espaços. O Conselho Local de Saúde DIC I ajudou a iniciativa de se criar o Conselho Distrital. E, desde que iniciou o Conselho Distrital, há representantes do Conselho Municipal.

“É importante essa relação, tanto com o que está sendo discutido no Conselho Municipal, quanto no Conselho Distrital, e a pessoa que tá participando, convida, motiva outras pessoas a estarem participando também” (Relato do representante da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

Não se pode duvidar que haja um esforço, por parte dos conselheiros, mesmo por aqueles que não fazem parte da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, além do gestor do CLS DIC I, de fortalecer o debate sobre a saúde, com um movimento de transição cada vez mais intenso à dinâmica participativa de conselhos gestores de saúde – Conselho Local, Conselho Distrital e Conselho Municipal de Saúde. O gestor ainda procura a relação direta de suas propostas com outros Conselhos Gestores como o Conselho de Assistência Social, via Reunião Intersetorial, cujo objetivo seria o de propor uma reunião no Distrito Sudoeste com os variados setores de gestão de políticas públicas, principalmente com o setor da Assistência Social, tão relacionado aos problemas e dificuldades de condições de saúde preventiva na região abrangida pelo Centro de Saúde DIC I.

4.4. A Associação no Orçamento Participativo de Campinas: representação, demandas e resultados

Há estudos que se fazem a partir de dados quantitativos promovidos por Avritzer e Navarro (2003), por exemplo, que se concentram apenas em resultados estatísticos de como se dá a dinâmica do Orçamento Participativo.

Nesta pesquisa sobre um caso associativo de Campinas, buscou-se fazer uma análise de como se articula o programa do Orçamento Participativo aos conselhos de saúde, ou se esses dois espaços possuem dinâmicas, atores e ações independentes. Houve também a investigação acerca da representação dos membros e da liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II no interior do Orçamento Participativo de Campinas, a partir das demandas e resultados obtidos nesse espaço através desses atores.

Os membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que atuavam de forma significativa na Associação, graças às informações obtidas das entrevistas, confirmaram a participação no Orçamento Participativo de Campinas: o presidente, que atuou na temática da saúde, educação, habitação e assembleias regionais do OP na região do Pq. D. Pedro II disse:

“Fui conselheiro do OP – Urbanismo – na região. Aqui na região, por exemplo, eu defendia a educação. Conselhos de Saúde, Educação. Nas Assembleias Regionais”
(Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outros dois membros também confirmaram a participação no OP, mas apenas na temática da saúde, sendo que uma desses integrantes e conselheira no OP/ Saúde do ano de

2003 ao ano de 2004 afirmou participar “*só da saúde*”. O outro membro tentou se eleger como representante na assembléia local do Orçamento Participativo na Saúde, porém não conseguiu ser eleito:

“Do OP só participei da área da saúde. Só na área da Saúde que eu estive presente” (Relato de um dos membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outros membros relataram sem precisão que participaram de assembléias do OP, porém não confirmaram em quais temas exatamente se inseriram como participantes, o que mostra uma participação com menos envolvimento em relação aos demais, que atuaram de forma mais constante e ativa no programa do OP durante sua vigência no governo do Partido dos Trabalhadores do ano 2001 ao ano de 2004. É o caso deste membro que participou quando tinha uma certa disponibilidade de tempo, embora tenha comentado que foi eleito representante do bairro e da região nas assembléias regionais do OP, sem ter dito em que ano e em que assembléia:

“Eu tendo tempo, eu sempre tenho participado, nunca tô fora.”

“Participei do Orçamento. Fui convidado pra participar, pra representar a região na Assembléia Regional. Participei. Fui eleito pra representante” (Relatos de um dos integrantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Outra integrante, que também é conselheira no Conselho Local de Saúde do DIC I, relatou que participou de assembléias no Orçamento Participativo na temática da saúde e educação:

“Participei do OP. (...) Eu participei de algumas reuniões na saúde e na educação” (relato de uma integrante da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

A origem dos membros participantes, representantes e principalmente dos conselheiros do OP, como será a seguir confirmada pela coordenadora da temática da Saúde no Orçamento Participativo, durante o governo do Partido dos Trabalhadores e na vigência do OP de 2001 a 2004 é em grande parte de movimentos sociais, associações de bairro, de Conselhos Gestores (no caso da temática da saúde, eles provêm de conselhos locais, distritais e do Conselho Municipal de Saúde) e de Pastorais Sociais da Igreja Católica. No entanto, essa coordenadora assumiu também que, ao iniciar o programa do Orçamento Participativo, houve um incentivo à participação popular. Muitas pessoas iniciaram sua participação política no Orçamento Participativo:

“Muitas vezes, é a primeira vez dos conselheiros que são eleitos, participam de uma política.”

“Só que geralmente são pessoas que já participaram. Já fizeram alguma militância e tal.”

“A grande maioria do pessoal do OP nos quatro anos - são quatro conselhos – teve bastante gente que tava militando no máximo em seu bairro, na sua Igreja, ou em algum grupo de mulheres do lado da casa dela. No máximo isso. Ou então, não tava militando em nada e veio participar; veio aqui militar” (Relatos da coordenadora do Orçamento Participativo na temática da Saúde).

Os membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que atuaram no programa do Orçamento Participativo de Campinas (Saúde) discutiam muito com os representantes do governo as demandas colocadas pela população na temática da Saúde no OP, para o qual houve um acompanhamento neste trabalho.

As demandas referentes às políticas de saúde eram por demanda de obras, manutenção e recursos humanos com comentários sobre a precariedade do atendimento nas unidades

básicas de saúde devido à falta de funcionários, médicos, especialistas, equipamento médico e ambulância³¹. Um dos membros da associação (Marcelo) presente na assembléia local do OP/Saúde 2004 propôs como demanda nesta reunião a ampliação do horário de atendimento nos Centros de Saúde e a conselheira do OP na temática da saúde de 2003 propôs como demanda no debate entre os participantes durante esta assembléia a descentralização das ambulâncias do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro) concedidas pelo Ministério da Saúde à Prefeitura Municipal de Campinas. Já o presidente da associação, que também estava presente, deu sua opinião também sobre a ampliação das formas de informação sobre o método do acolhimento nos Centros de Saúde.

O presidente da Associação do Pq. D. Pedro II demonstrou, por seus relatos, ter sido mais atuante em outras assembléias do OP, em anos anteriores desse programa, em que, aliás, obteve resultados mais efetivos para o bairro³²:

“Nosso bairro, nossa associação fez uma reunião e discutiu que a Escola Elza Peregrino de Aguiar, aqui do Pq. D. Pedro II, fosse contemplada no Orçamento Participativo. A gente brigou, brigou até ter uma série de atrito com o governo, né? Foi

³¹ Na Assembléia local da Temática da Saúde no Orçamento Participativo (data: 14/04/2004) houve no momento da eleição das 10 demandas prioritárias das Regiões AR07 e AR12, em que se insere o bairro Pq. D. Pedro II e o Centro de Saúde DIC I, as seguintes demandas eleitas entre os 30 participantes presentes, entre eles três da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II: a) Garantir medicamentos às unidades básicas de Saúde; b) Informatização dos Serviços de Saúde; c) Compra de Materiais e Equipamentos para os Centros de Saúde; d) Descentralização do SAMU; e) Implantação do SADE (Serviço de Atendimento Domiciliar); f) Capacitação Profissional; g) Adequação de Recursos Humanos a partir das necessidades das unidades e centros de saúde e hospitais.; h) Adequação dos serviços do SESC (atividades) com ampliação de horários; i) Ampliação do suporte/ manutenção das unidades de saúde; j) Readequação dos espaços para o Centro de Convivência de Idosos (Proporção de Demandas para Número de Participantes 1/3 – Regra de Demandas do programa do Orçamento Participativo de Campinas).

³² Entre as conquistas do bairro Pq. D. Pedro II e região, onde o presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II afirma ter tido a atuação de membros da Associação no Orçamento Participativo de Campinas, estão: Ano de 2002 – Pq. D. Pedro II: Reforma e Ampliação da EMEF Elza Peregrini Aguiar; Ano de 2004 – DIC I: Reforma e Ampliação do Centro de Saúde. Essas demandas foram obtidas no OP de Campinas nas Assembléias Regionais e Temáticas; Ano de 2002 – Jd. Ademar de Barros: Construção da CEMEI do Jd. Ademar de Barros.

uma conquista do bairro. A gente também teve uma conquista muito grande que foi trabalhar a questão das creches ali. Foi um ponto que a nossa associação discutiu e brigou muito. Outros pontos a gente não conseguiu ainda como melhorar a iluminação do bairro, né? Mas a gente vai tá elencando pra que esta conquista aconteça, né? (...)

“Apresentei demandas e houve conquistas, né, das demandas, da Escola, da creche, do Corujinha, no primeiro ano do OP no PT” (Relatos do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

O presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II relatou que também defende as demandas e conquistas de outros bairros no programa do Orçamento Participativo:

“A gente ajuda. No ano passado, a gente votou pelo asfalto no bairro Vida Nova, porque a gente percebe que nosso bairro não tinha tantas demandas, mas que têm outras demandas em volta, que são muito mais necessárias, né?” (Relato do Presidente da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II).

Entre os resultados conquistados no Orçamento Participativo, em que houve a presença e luta de membros e liderança da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, está a demanda referente à reforma e ampliação do Centro de Saúde DIC I, no ano de 2003, mas que ainda era um projeto até o ano de 2004. Mas já neste mesmo ano foi iniciada a reforma do Centro de Saúde DIC I com algumas controvérsias, tendo sido o projeto aprovado inicialmente sem passar pelo Conselho Local de Saúde DIC I, isto é, pelos conselheiros usuários, funcionários e pelo gestor desse conselho.

Houve muitas críticas do gestor do Conselho Local de Saúde DIC I às decisões do Orçamento Participativo (Saúde) sem diálogo com o Conselho do DIC I. Para a aprovação

da planta de reforma do Centro de Saúde DIC I, aprovada como demanda no OP/Saúde – 2003, não se buscou, de início, as opiniões dos conselheiros do Conselho do DIC I. Mesmo com a conselheira do OP/Saúde de 2003 como conselheira do próprio Conselho Local do DIC I, a planta já chegou pronta da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas para o Centro de Saúde DIC I³³.

Durante as reuniões do Conselho Local de Saúde DIC I, observou-se uma tendência à desvinculação dos debates e decisões tomadas no Orçamento Participativo em relação à atuação dos conselhos locais em Campinas. Esta é a posição do gestor do Conselho Local do DIC I:

“Quanto ao Orçamento Participativo, acho que foi meio desvinculado de tudo. Foi meio desvinculado do conselho. Mesmo com gente que participava no conselho, não houve uma vinculação com o que foi discutido no conselho. Foi um outro rearranjo, uma outra coisa, onde se partia do zero.

“Em alguns momentos, o conselho foi chamado para ir com o Distrito, pra priorizar as ações para a região na saúde. Foi meio ‘paralelo’.

“A própria iniciativa do OP foi meio frustrante para a população. Parece que tudo era possível pelo OP; o que não era verdade. Campinas tinha problema demais, que apenas os recursos do OP não tinham como resolver, mesmo com toda a propaganda em cima dele.

“Não se bateu muito nessa tecla de que os recursos do OP não são suficientes para resolver os problemas de Campinas inteira. Precisava de um empréstimo internacional, ... Gerou uma grande expectativa.

“A gente fazia pouco esse momento de avaliação, planejamento. Depende muito do governo. No governo do ano passado, a gente priorizou a construção de hospital, maternidade. Mas quando o governo decidiu sobre a construção do hospital, ele não se preocupou em saber se havia algo apontado e discutido pelos conselhos” (Relato do

³³ Reunião do Conselho Local de Saúde do DIC I do dia 10/09/2004.

representante da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I).

Em outra reunião do Conselho Local de Saúde DIC I³⁴, também se discutiu a necessidade de sair do Orçamento Participativo a verba para manutenção do Centro de Saúde (cadeiras, manutenção predial, etc.), porque haveria a constante necessidade desta verba, e o OP poderia ser uma forma de complementá-la. Nessa discussão, houve a interferência da conselheira usuária que também foi conselheira do OP/Saúde em 2003, ao falar sobre a necessidade de mais pessoas irem ao OP e participarem das assembléias e grupos de trabalho do Orçamento Participativo em busca de verbas para a região e também para o Centro de Saúde DIC I.

É possível verificar, pelo relato acima, que há constantes críticas de conselheiros do CLS DIC I à restrita capacidade orçamentária dos recursos destinados ao programa do Orçamento Participativo de Campinas, apesar da temática da saúde ter sido uma das áreas que mais recebeu recursos para a implementação das demandas priorizadas pelos conselheiros, representantes da população no Orçamento Participativo.

No Orçamento Participativo (Temática da Saúde), há um expressivo papel da Secretaria Municipal de Saúde na execução das demandas, elaboração de projetos e licitações referentes às demandas a serem atendidas pelo OP, mas ela não se articula com os conselhos locais, onde são implementados os serviços e obras demandadas pelo OP³⁵. Este

³⁴ Reunião do Conselho Local de Saúde do DIC I do dia 12/11/2004.

³⁵ O papel da Secretaria Municipal de Saúde, segundo a Coordenadora do Orçamento Participativo na temática da Saúde: “*Ela (Secretaria) tem que participar, né, senão como faz a eleição, né? É a Secretaria que executa as demandas.*”; “*A Secretaria participa também, e ela não decide. Ela assessora a discussão dos conselheiros. Ela tem de ajudar os conselheiros a viabilizarem como vai ser feito.*”

é o papel da Secretaria Municipal de Saúde, segundo a coordenadora da temática da Saúde no Orçamento Participativo de Campinas:

“É a Secretaria que executa as demandas. O que a gente faz, a Coordenadoria de Participação Popular e o que o Orçamento Participativo faz é organizar o trabalho da participação popular. Agora, a execução da demanda, a elaboração de projetos, a licitação, todo o envolvimento para que a demanda seja colocada em execução é a Secretaria de Saúde. É a Secretaria que faz isso: executa as obras, os serviços com aquilo que foi definido no Orçamento, né?” (Relato da Coordenadora Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo na temática da Saúde).

O que se viu, durante a execução da reforma do Centro de Saúde DIC I, foi a imposição do modo como seria promovida a reforma, enviada já pronta para o Conselho aprová-la. Portanto, é clara a atitude de desarticulação desses espaços, mesmo com o trabalho relacionado a políticas e verbas para a saúde. Isso revela um conflito não relatado e comentado no espaço do OP (assembléias).

Apenas no Conselho Local de Saúde DIC I, em algumas reuniões, abriu-se um espaço para a discussão sobre essa desarticulação entre os debates que buscavam alcançar resultados mais efetivos e um maior compartilhamento do poder de decisão entre os representantes de cada um desses espaços. Há atores ocupando ambos os espaços do OP e do Conselho Local de Saúde, fora outros conselhos de saúde. Essa condição, no entanto, não consolida uma relação de diálogo e debate sobre as políticas decididas em cada um deles, que se apresenta de forma distante um do outro. O grande desafio para a existência de uma relação das propostas, ações e políticas implementadas por esses espaços, apesar de haver um trânsito de atores, é dividir o poder de decisão, saber ouvir e debater com outros interesses e opiniões, tornando mais público cada um desses espaços.

A defesa do programa do Orçamento Participativo no Município de Campinas é forte na opinião de membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, durante o governo do PT de 2000 a 2004. Porém, essa defesa é enfraquecida diante da possibilidade de continuidade do programa no Orçamento Participativo com caráter deliberativo após as eleições de 2004/2005 para a Prefeitura e a passagem para um novo governo.

O novo prefeito – Dr. Hélio (PDT) – alterou nos primeiros meses de mandato o formato do OP, de caráter deliberativo para um caráter consultivo³⁶. Esta nova característica do programa do OP neste novo governo, no entanto, não durou muito tempo. O programa do Orçamento Participativo de Campinas, com origem no governo do Partido dos Trabalhadores, vigente do ano 2001 ao ano de 2004, foi extinto no governo do Dr. Hélio, pelo próprio prefeito e por seus companheiros na Câmara de Vereadores de Campinas, contrários a este tipo de programa político. Após muitas tentativas de mudança total do caráter inicial do OP, o programa do Orçamento Participativo desapareceu do governo do Dr. Hélio. É o que lembra o secretário da Regional do Ouro Verde, do governo do Partido dos Trabalhadores em um relato posterior ao governo do qual fez parte:

“No governo da Izalene, foi uma relação que, na minha avaliação, durante os 4 anos, foi uma avaliação que, mesmo com os vereadores fazendo oposição à prefeita, eles foram muito sensíveis à aprovação do orçamento. O Orçamento, pra você ter uma idéia, do jeito que saía a discussão na Assembléia Final do Orçamento Participativo, a

³⁶ É o que confirma o noticiário do Diário do Povo, 18 de Março de 2005 – trecho da notícia - *Só faz de conta: “O prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) retirou o poder do Orçamento Participativo (OP) de decidir os investimentos na cidade. Segundo o diretor de Comunicação da Prefeitura, Francisco Lagos, as consultas à população continuarão, mas perderão o caráter decisório, diferentemente do que foi no governo PT, de Izalene Tiene, quando após as indicações das demandas pela população, o Conselho fazia a triagem para determinar em quais projetos o governo municipal investiria seus recursos no ano seguinte. Lagos disse ontem que na forma em que o OP existia podia ser considerado uma administração paralela, pois impedia que o prefeito tomasse as decisões sobre como investir na cidade, apesar de ter sido eleito para isso. A decisão será do Executivo, mesmo com a manutenção e até a ampliação da participação, que se dará através*

Câmara votava quase unânime a proposta que a população levava pro Orçamento. Então, durante os quatro anos, nenhum dos quatro anos, ninguém entre os vereadores é contra as assembleias locais do Orçamento Participativo. Então, todos foram quase unânimes aprovados. Então, foi uma relação muito boa. Ao contrário do que a gente teve agora, né? Os vereadores fizeram mais de cinco sessões pra aprovar o orçamento de 2005 com o prefeito Dr. Hélio. E o prefeito tá vetando um monte de emenda lá, dizendo que é irregular. Não sei se é mesmo ou não. Então, o projeto vai voltar pra Câmara pros vereadores votarem novamente. Então tá sendo muito mais conturbada a relação do Executivo e do Legislativo agora, quando era antes no Orçamento Participativo” (Relato do Secretário de Administração Regional do Ouro Verde no governo do Partido dos Trabalhadores – 2000 a 2004).

Portanto, todo o processo de participação em um espaço público – como o Orçamento Participativo do Município de Campinas – não foi eficaz e tão significativo para a população, principalmente para as Associações de bairro e outros movimentos, a ponto de significar uma luta e sacrifícios pela continuidade desse programa que, apesar de seus problemas, tem um significado importante para o desenvolvimento de uma cultura democrática, de compartilhamento de poder entre sociedade civil e Estado, ou seja, de relações mais igualitárias no conjunto da sociedade. Houve reivindicações pelos conselheiros do OP dos anos de vigência desse programa. Contudo, o resultado foi negativo na obtenção de um Orçamento Participativo no novo governo.

Considerações Finais

A resposta do trabalho foi uma clara visão do quanto é complexo e contraditório o amplo leque de relações e atividades dessa associação em meio aos diversos cenários em que se insere.

A trajetória da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II compreende tanto as relações ambíguas com representantes do governo, como também as reivindicações sociais e relações com outros importantes atores como a Igreja Católica, através de ações como as CEB's e Pastorais Sociais. Os seus membros e suas lideranças também foram centrais na definição das atividades, temas e participação política dessa associação ao longo dos anos 80, 90 e até o período atual.

A associação de bairro Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II enfrentou a perda de autonomia com a vinculação de sua principal liderança ao partido no governo, mas isto não significou o fim do pluralismo de opiniões no interior desse grupo; alguns discordaram dessa inserção institucional. Por outro lado, a participação em esferas deliberativas, como os conselhos gestores e o Orçamento Participativo, contribuiu para preservar um mínimo de ativismo independente dentro da associação. Entretanto, a participação nesses espaços deliberativos enfrenta dificuldades, especialmente no que se refere à distinção entre as esferas estatal e societal, como aliás foi amplamente constatado pela bibliografia³⁷. A referência aos movimentos sociais das décadas de 70, 80 e 90, foi utilizada para

sociedade.”

³⁷ CARVALHO, 1998; DAGNINO, 2002; Revista Idéias, 1995/96; SANTOS, 2002; TATAGIBA, 2002; TATAGIBA, 2003; TELLES, 1994.

contextualização da pesquisa, e não para efeito de obter semelhanças, já que há uma distância enorme entre esses atores, pela própria bibliografia deste trabalho.

O que se conclui dessa pesquisa sobre a participação da associação Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II em Campinas, portanto, é que há um dilema a ser enfrentado por associações como essa. De um lado, a estratégia clássica de politização e reivindicação na arena estatal e, mesmo, a atuação em espaços deliberativos, pode colocar em risco a autonomia da associação. De outro, uma estratégia não política, voltada apenas para as atividades recreativas e esportivas, sem muito debate político, pode resultar na desmobilização ainda maior dos associados e lideranças.

Como se pode constatar em outros estudos, este não é um traço peculiar da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Sua luta e sua história expressam este dilema: ser um ator mais autônomo ao desenvolver um movimento de base com esse amplo leque de relações e de múltiplos atores, pondo em jogo o estatuto de autonomia alcançado, ou apenas continuar existindo através de atividades recreativas, que não estimulam o debate político, mas podem agravar a perda de autonomia frente ao poder público.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Jorge. “El concepto de sociedade civil en una persperctiva habermasiana”, in: **Análisis y Debates**. no.1. vol.1, pg. 34-38.
- ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – Novas Leitura**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, pg.15-102.
- AVRITZER, Leonardo (Org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- AVRITZER, Leonardo. “Fases da Democracia – Teoria Democrática e Deliberação Pública”, in: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. No. 50. São Paulo: CEDEC, 2000, pg.25-46.
- AVRITZER, Leonardo. “O Orçamento Participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte”, in: DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, pg.17-45.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **A Participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Z (Org). **A Inovação Democrática no Brasil: o Orçamento Participativo**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- AVRITZER, Leonardo & SANCHES, F. **O Associativismo Paulistano**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- BAIERLE, Sergio. 1992. **Um Novo Princípio Ético-Político: Prática Social e Sujeito nos Movimentos Populares Urbanos em Porto Alegre nos anos 80** (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 1992.
- BARREIRA, Irllys A. F. **Refazendo a Política: As Múltiplas Faces dos Movimentos Populares Urbanos** (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, 1987.
- Campinas – Século XX – 100 Anos de História. 2000. Diário do Povo – Correio Popular. Rede Anhangüera de Comunicação.
- CARDOSO, Ruth C. L. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”, in: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983, pg.215-239.

- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **“Eppur si mouve...” Os Movimentos Sociais e a Construção da Democracia no Brasil** (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 1997.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. “Participação Social no Brasil Hoje”, in: **Pólis – Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais**. São Paulo, 1998, pg.7-59.
- COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília – Esfera Pública, Democracia, Configurações Pós-Nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DAGNINO, Evelina. “Os movimento sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, in: DAGNINO, E. (Org). **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, pg.103-115.
- DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**, pg.9-15 e **Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades**, pg.279-301. **Sociedade Civil e Espaços Públicos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, Evelina. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, in: MATO, Daniel (Org). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES / Universidade Central de Venezuela, 2004, pg. 95-110.
- DOIMO, A.M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. São Paulo: Editora Vozes, 1984.
- DOIMO, A.M. **A Vez e a Voz do Popular – Movimentos e Participação Política no Brasil Pós-70**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumara: ANPOCS, 1995.
- DURHAM, Eunice R. “Movimentos Sociais – A Construção da Cidadania”, in: **Novos Estudos**. Vol. 1, No.1, São Paulo: CEBRAP, 1984, pg.24-30.
- EVERS, Tilman. “De Costas para o Estado, longe do Parlamento”, in: **Novos Estudos**. Vol. 2, No.1. São Paulo: CEBRAP, 1983, pg.25-39.
- EVERS, Tilman. “Identidade – A Face Oculta dos Movimentos Sociais”, in: **Novos Estudos**. Vol.1, No. 4. São Paulo: CEBRAP, 1984, pg.11-23.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a Política na Periferia – História de Movimentos Sociais em São Paulo** (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2003.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Conselhos Gestores em saúde: a experiência do Espírito Santo durante a gestão petista** (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 1998.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselhistas sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde: o caso do movimento popular de saúde de Campinas/São Paulo** (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2005.

GENRO, Tarso. Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania. Instituto Cajamar, Instituto Polis, Instituto Ibase, Porto Alegre: Fórum Nacional de Participação Popular na Administração Municipal, No.1, 1995.

GOHN, Maria da G. Marcondes. **Lutas Populares Urbanas: um estudo sobre movimentos sociais destacando São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. “Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa”, in: **Revista Idéias**. No. 5/6. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1998-1999, pg.7-122.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. **O papel do Líder Comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural / UFES, 1995.

JACOBI, Pedro. “Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos: Apontamentos para o Debate”, in: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. No. 20. São Paulo: CEDEC, 1990, pg.121-143.

JELIN, Elizabeth. “Construir a Cidadania: uma visão desde baixo”, in: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. No. 33. São Paulo: CEDEC, 1994, pg.39-57.

KOWARICK, Lucio (Org). **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

LÜCHMANN, Ligia H. **Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa – A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre** (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2002.

ÖTTMAN, Gotz. “Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil”, in: **Novos Estudos**. Vol.1, No. 41. São Paulo: CEBRAP, 1995, pg.186-207.

PAOLI, Maria Celia., Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um Estatuto Político, in: Hellman, Michaela (Org). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil. “Sem a gente não tem jeito”**.São Paulo: Marco Zero, 1995, pg.24-55.

PETRINI, João Carlos. **CEB’s: Um Novo Sujeito Popular**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

SALLES, Teresa. “Debate sobre as ‘Raízes da Desigualdade Social na Cultura Brasileira’”, in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANO 9, No. 25, 1994, pg.26-37.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça Social – A Política na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

TATAGIBA, Luciana F. “Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil”, in: DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, pg.47-103.

TATAGIBA, Luciana. F. **Participação, Cultura Política e Modelos de Gestão: A Democracia Gerencial e suas Ambivalências** (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2003.

TELLES, Vera da Silva. “Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos”, in: **Revista Pólis**. No.14. São Paulo: Polis, 1994, pg.43-53.

Documentos

Atas de Assembléias da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II;
Atas de reuniões do Conselho Local de Saúde do Centro de Saúde DIC I;

Cartilha *Conhecendo o Orçamento Participativo*. Publicação da Prefeitura Municipal de Campinas – Governo do Partido dos Trabalhadores - PT (2000-2004);

Cartilha do OP. *Como organizar e participar das reuniões*. Governo do PT (2000-2004). Publicação da Prefeitura Municipal de Campinas;

Cartilhas do funcionamento do OP – 2001, 2002 e 2003. Publicação da Prefeitura Municipal de Campinas;

Diário do Povo, 18 de março de 2005. Ano 93. No.30. 258; pg.2;

Estatuto Social da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II;

Folhetos: Acompanhamento das demandas – 3 anos de OP. (Obras do OP na Saúde);

Reunião Preparatória com lideranças da Saúde – Orçamento Participativo 2004.15/03/2004;

Levantamento das Demandas e Investimentos necessários para a Saúde – OP; Demandas das Obras – Secretaria Municipal de Saúde de Campinas;

Texto da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo: *“Temos Futuro porque temos Passado”*. Encontro Comemorativo com lideranças da Assembléia do Povo de Campinas, 2001;

Último Registro Civil da Pessoa Jurídica da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. No.73.726. Campinas, 11 de julho de 2003.

Anexos

Entrevistas

As entrevistas (semi-estruturadas) foram feitas com representantes do movimento – Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II –, como com os conselheiros usuários, o gestor do Conselho Local de Saúde DIC I e o representante da Coordenadoria do Orçamento Participativo (Temática da Saúde). As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas que foi modificado de acordo com as necessidades dos entrevistados. Os entrevistados foram os seguintes (ordem alfabética):

Aderanir: Membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que também trabalha com a Igreja Católica.

Amadeu Alves: Membro da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II que se desvinculou da Associação no ano de 2004. Profissão: Aposentado.

“Seo” Clemente: Conselheiro usuário suplente do Conselho Local de Saúde DIC I, participante de outra Associação de moradores e de Pastorais da Igreja Católica como a Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança e dos “São Vicentinos”, também da Igreja Católica.

Devanir Bissoli: Presidente da Associação de moradores Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II; liderança comunitária da Região do Ouro Verde, conselheiro usuário titular do Conselho Local de Saúde DIC I e participante ativo do Orçamento Participativo (Temática da Saúde) e em outras temáticas. Participa também de CEB’s e da Pastoral da Criança da Igreja Católica. Profissão: Assessor do vereador Ângelo Barreto do PT (Partido dos Trabalhadores). Outra profissão: pedreiro.

Laura: Conselheira usuária titular do Conselho Local de Saúde DIC I. Ex-conselheira dos Conselhos Distrital e Municipal de Saúde de Campinas. Profissão: estudante de Pedagogia.

Laurice Pinheiro Vieira: Integrante da Associação de moradores Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, conselheira usuária suplente do Conselho Local de Saúde DIC I. Profissão: Doméstica.

Luiz da Luz Freire: Coordenador da administração do Centro de Saúde DIC I; gestor do Conselho Local de Saúde DIC I. Profissão: administrador de Centro de Saúde.

Marcelo Pereira: Integrante membro da Associação de moradores Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II e participante das assembléias do Orçamento Participativo (Temática da Saúde). Profissão: Comerciante.

Padre João de Abreu: Pároco da Comunidade de Santa Inês da Região do Ouro Verde em Campinas. Possui participação junto à comunidade em Pastorais Sociais e Comunidades Eclesiais de Base, e relação constante e forte com lideranças comunitárias da região, inclusive com membros e lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

Paola Rizzo de Oliveira: Agente da Coordenadoria de Participação Popular e do Orçamento Participativo na área da Saúde e também da Regional 9 no OP, durante o governo do PT (2000-2004). Profissão: Assistente Social.

Toninha – Antônia Bersi: Conselheira titular do Orçamento Participativo/2003; conselheira usuária titular do Conselho Local de Saúde Dic I, do Conselho Municipal de Saúde de Campinas e do Conselho Distrital (Distrito Sudoeste) e ex-integrante da Associação de moradores Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II, com história também no Movimento Popular de Saúde em Campinas. Profissão: Assessora do vereador Ângelo Barreto do PT (Partido dos Trabalhadores) em Campinas. Outra profissão: doméstica.

Toninho: Membro integrante da Associação de moradores Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II. Foi um dos fundadores do movimento social de bairro que deu origem à Associação. Profissão: metalúrgico aposentado.

Vicente: Administrador da Regional da Região do Ouro Verde durante o governo petista de 2000 a 2004, onde também contribuiu nas reuniões – Assembléias do Orçamento Participativo. Foi membro de movimento popular, do Conselho Popular do Ouro Verde.

Composição da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II registrada na ata da última eleição (18/05/2003) dos respectivos membros no primeiro registro civil de pessoas jurídicas da data (11/07/2003):

(Relação dos Membros aprovados para compor a Diretoria da Sociedade dos Amigos do Bairro do Pq. D. Pedro II):

1º Presidente: Devanir Bissoli. Casado. Profissão Pedreiro.

2º Vice-Presidente: Horácio de Souza Borges. Casado. Profissão: Ajudante.

3º 1º Secretária: Márcia Regina Bezerra. Casada. Profissão: Doméstica.

4º 2º Secretário: Anderson Ariel Munhoz Vaz. Solteiro. Profissão: Operador de Informática.

5º 1º Tesoureiro: Amadeu Alvez Vaz. Casado. Aposentado.

6º 2º Tesoureiro: Alexandre Cezar Matiuzo. Casado. Não há referência de profissão.

Conselho Fiscal:

7º Cristiano Isidoro da Silva. Solteiro. Profissão: Estudante.

8º Wilian Ricardo da Silva. Solteiro. Profissão: Ajudante.

9º Izaltino Martins Filho. Desquitado. Profissão: Eletricista.

Conselho Deliberativo:

10º Presidente: Claudinei Barbosa de Moraes. Solteiro. Profissão: Estudante.

Conselheiros:

11º Rogério Messias Peres da Cunha. Solteiro. Profissão: Arte Finalista.

12º Marcelo Pereira Ramos. Casado. Profissão: Balconista.

13º Ana Rosalina Gonçalo Silva. Casada. Profissão: Doméstica.

14º Manoel Aurélio dos Santos. Casado. Profissão: Pedreiro.

15º Marli Desilio de Macedo. Casada. Profissão: Doméstica.

16º Gilberto Leão de Araújo. Casado. Profissão: Ajudante.

17º Edimilson Marquise. Solteiro. Profissão: Motorista.

- 18° Jair Emiliano. Casado. Profissão: Pedreiro.
- 19° Joaquim Ferreira. Casado. Profissão: Motorista.
- 20° Mauricio Mario de Oliveira. Solteiro. Profissão: Estudante.
- Suplentes do Conselho Deliberativo:
- 21° Raul Assis da Rocha Passo. Divorciado. Profissão: Motorista
- 22° Laurice de Pinho Vieira. Casada. Profissão: Doméstica.
- 23° Maria Aparecida Bispo dos Santos. Casada. Profissão: Assistente Social.
- 24° José Severino. Casado. Profissão: Operador especializado.
- 25° João Machior. Solteiro. Aposentado.
- 26° Antônio Ferreira da Silva. Divorciado. Aposentado.
- 27° Robson Gabioneta. Solteiro. Profissão: Eletricista.
- 28° Carlo Luiz Garcia. Casado. Profissão: MotoBoy.
- 29° Birino Francisco Pereira. Viúvo. Aposentado.
- 30° José Bonfim de Freitas. Viúvo. Profissão: Calheiro.

Roteiro de Entrevistas

O roteiro de entrevistas foi dividido em três: um para os representantes do movimento, um para os conselheiros usuários, os trabalhadores da saúde e o gestor do Conselho Local de Saúde DIC I, e o outro para o representante do governo do Orçamento Participativo. Apesar de não ter existido uma separação clara entre os membros da Associação, do Conselho Local de Saúde DIC I e do OP, foi necessária tal divisão para se ter mais explicações a respeito da dinâmica participativa em cada um desses espaços, de forma a serem relacionados neste estudo e observados como a dinâmica de cada um deles interfere ou se dissocia um do outro.

1. Representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II

1.a) Como é a Associação de moradores? Sua história, dinâmica própria de participação, membros, encontros, ações, etc. Que relação possui com a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II? Há diferenças na forma de relação atual da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II com o passado de atividades promovidas junto à Associação?

1.b) Como se constituem e quais são as atividades realizadas junto à Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?

1.c) Que demandas são apresentadas pela Associação com a Igreja? Há algum trabalho junto a ONG's? Qual a importância das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e das Pastorais Sociais junto ao trabalho com membros representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?

1.d) Conhece a relação de representantes da Associação com representantes partidários, com o governo?

1.e) Opinião sobre o governo do PT, Orçamento Participativo, Conselhos Gestores de políticas públicas com o debate junto à sociedade.

2. Representante do Conselho Local de Saúde DIC I

2.a) Como ocorre o funcionamento do Conselho Local de Saúde? Como são realizadas as eleições do CLS?

2.b) Qual a trajetória de lutas do Conselho Local de Saúde do DIC I – situação do atendimento e recursos da unidade de saúde, avanços, desafios, propostas.

2.c) Existe articulação com outros espaços públicos deliberativos (outros conselhos de saúde e de outras áreas de políticas públicas, Orçamento Participativo), e também com a Secretaria Municipal de Saúde, movimentos de bairro e outros movimentos sociais?

2.d) Comentários sobre a relação entre os membros conselheiros e o entrevistado no Conselho Local de Saúde DIC I.

3. Representante do governo no Orçamento Participativo (Saúde)

- 3.a) Comentários sobre as modificações no modo de funcionamento do OP (2004) em relação aos anos anteriores – ênfase na temática da Saúde.
- 3.b) Qual a relação das assembleias regionais com as assembleias temáticas (da saúde) no Orçamento Participativo de Campinas?
- 3.c) Qual a relação com a Secretaria Municipal de Saúde?
- 3.d) Comentários sobre os dados dos quatro anos de funcionamento do OP apresentados ao longo do funcionamento das assembleias temáticas da saúde do OP.
- 3.e) Comentários acerca o papel dos representantes da sociedade civil na dinâmica participativa dos espaços públicos deliberativos na área de Saúde: Orçamento Participativo na temática da saúde e nos conselhos gestores de saúde.

4. Representante da Secretaria de Administração Regional do Ouro Verde

- 4.a) Conhece lideranças da região em que administrou? Que relação foi promovida junto a essas lideranças? Conhece os representantes e o trabalho da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?
- 4.b) Que relação se estabelece junto aos representantes dessa Associação? Como se originou tal relação?
- 4.c) Que atividades e demandas são respectivamente promovidas e requisitadas pelas lideranças da região, principalmente pelas lideranças da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?
- 4.d) Sua opinião sobre o governo do PT, representante no Legislativo e do Executivo do governo do PT (2000-2004)? E o Orçamento Participativo, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, qual sua opinião sobre esses espaços?
- 4.e) Opinião sobre o governo atual (Dr. Hélio e Administração Regional atual, relação com lideranças do bairro, de Associação de moradores).

5. Representante da Igreja Católica

- 5.a) Que relação possui com a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?

- 5.b) Como se constituem e quais são as atividades realizadas junto à Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II? Que demandas são apresentadas pela Associação, com a Igreja ou para a Igreja? Há algum trabalho promovido junto a ONG's?
- 5.c) Como se realizam os encontros com membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?
- 5.d) Qual a importância das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e das Pastorais Sociais junto ao trabalho com membros representantes da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?
- 5.e) Há diferenças na forma de relação atual com a Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II com o passado de atividades promovidas junto à Associação, caso realmente tenham existido?
- 5.f) Conhece a relação de representantes dessa Associação com representantes partidários, com o governo? Se possível, dê sua opinião.
- 5.g) Opinião sobre o governo do PT, Orçamento Participativo, Conselhos Gestores de políticas públicas com o debate junto à sociedade. Se existe, qual o papel ou forma de intervenção da Igreja Católica e suas ações sociais junto a essas esferas e atores sociais, principalmente referente à Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II?

Pesquisa de Campo

Na pesquisa de campo foram observadas: as reuniões do Conselho Local de Saúde DIC I ao longo do ano de 2004 e no início do ano de 2005; as assembléias do Orçamento Participativo na temática da Saúde; as reuniões do Grupo de Trabalho do Orçamento Participativo junto ao COP – Conselho do Orçamento Participativo; as reuniões e encontros casuais de membros da Sociedade dos Amigos do Pq. D. Pedro II.

Documentos

Os documentos analisados estão no item Referências Bibliográficas - Documentos.